

3 E 5. POLÍTICA

SECRETÁRIO PÕE EM RISCO TODO O SETOR EÓLICO DO RN

/ AMEAÇA / ... É O QUE AFIRMAM REPRESENTANTES DO SETOR, REVOLTADOS COM PROPOSTA FEITA PELO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PARA COBRAR ROYALTY NA PRODUÇÃO DA ENERGIA. IDEIA VAI CONTRA PROMESSA FEITA PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE NÃO CRIAR NOVOS IMPOSTOS

NEY DOUGLAS / NJ

14. ESPORTES

UMA VIDA INTEIRA DEDICADA AO JUDÔ

Eudes Monteiro, conhecido professor de Judô de Natal que pratica há 36 anos o esporte e já formou mais de 50 faixas preta, alcança o 6º Dan, algo define como o reconhecimento de uma vida inteira dedicada à arte macial e seus ensinamentos.

11. CIDADES



Processos de desapropriação permanecem atrasando conclusão dos dois acessos ao aeroporto internacional Aluizio Alves

4. RODA VIVA

PROCURADORES ATRASAM CAMPANHA DE COBRANÇA DA PREFEITURA

9 E 10. CIDADES

ARGEMIRO LIMA / NJ



Meios, parado desde 2011

MEIOS, QUE FOI EXTINTO, CONTINUA VIVO NA JUSTIÇA

Quatro anos depois de ser extinta, ong Movimento de Integração Social e Meios ainda possui 2 mil ações na Justiça do Trabalho que, somadas, podem representar R\$ 1,5 milhão.

13. CULTURA

NEY DOUGLAS / NJ



Na God Father, corte com cerveja artesanal

NEM SÓ DE BARBA, CABELO E BIGODE...

Natal ganha barbearia onde o cliente pode cuidar da aparência tomando cerveja e assistindo jogo. Mas ainda há espaço para a tradição e até para atendimento em domicílio.

JEAN LOPES

12. CIDADES

BRAVOS, A VIDA DOS CATADORES DE CARNAÚBA

Com fotos de Jean Lopes, coletivo de reportagem conta as histórias dos "bravos" que vivem da coleta da palha de carnaúba, em Assu.



WWW.IVANCABRAL.COM



Acessos ao aeroporto estão previstos para o fim de 2016

Exatamente onze meses após a inauguração do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, construção de complexo viário no acesso Norte continua parada e, no acesso Sul, a

estrada de barro foi fechada por uma cerca de arame farpado. Motivo da demora reside nos processos de desapropriação. Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens (DER),

Jorge Ernesto Fraxe, explica como andam os trabalhos para retomada dessas obras e apresenta nova previsão para conclusão das estradas: em dezembro de 2016.

MAGISTRADOS TEMEM RETROCESSO NA LEI

/ TERCEIRIZAÇÃO / INTEGRANTES DA ANAMATRA DEFENDEM QUE PROJETO DE LEI, DO JEITO QUE ESTÁ, É UM RETROCESSO NAS LEIS TRABALHISTAS E A FALTA DE CLAREZA NA DEFINIÇÃO ENTRE ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM VAI GERAR CONFLITOS JUDICIAIS

O PROJETO DE lei que propõe novas regras para a terceirização, aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados e em discussão no Senado, não trará segurança jurídica às empresas ou ao trabalhador, avalia a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Para a entidade, a regulamentação da terceirização, do jeito que está, pode ser vista como um passo para trás. "Esse projeto poderá resultar no maior retrocesso da história da legislação trabalhista brasileira desde a origem do trabalho e dos direitos sociais conquistados na década de 30", avalia o diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Anamatra, Guilherme Feliciano.

"A legislação atual já tem parâmetros estabelecidos quanto aos critérios de legalidade, construídos pela jurisprudência nos tribunais do trabalho. Para ter segurança jurídica basta que esses critérios sejam repassados à lei. Os empresários acham que a terceirização trará segurança jurídica, o que não é verdade. Ela substituirá os critérios atuais, já instituídos pela jurisprudência, por critérios que, além de mal conhecidos, foram motivo de controvérsia em outros países", argumentou o magistrado.

Segundo ele, hoje as discussões da jurisprudência giram em torno do que é classificado como atividade-fim e atividade-meio. Caso o

texto do Projeto de Lei 4.330/2004 seja aprovado como está, haverá dificuldade em se definir o que é uma "empresa especializada com objeto social único" (termo utilizado no projeto para definir empresas que poderão prestar serviços terceirizados) e sobre o que é considerado fraude. "Sem a menor dúvida haverá empresas falseando especializações. Para a vida dos brasileiros, o que posso dizer é que os riscos irão muito além dos direitos trabalhistas", alertou.

"Em pouco mais de uma década, as pessoas se internarão em hospitais de alto nível achando que lá haverá médicos de primeiro time. No entanto, não terão a menor segurança de que haverá ali um profissional desse nível. As pessoas pegarão aviões de uma companhia, mas sem a segurança de que o piloto tenha sido contratado ou selecionado por aquela companhia", argumentou.

Na avaliação da gerente executiva de relações de trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena, o projeto busca estipular regras que hoje não existem no país. "O que se busca é regulamentar a terceirização no país, de forma a tapar buracos que existem na jurisprudência brasileira, que não trazem segurança jurídica e não protegem empresas nem trabalhadores", disse.

"A jurisprudência consolida entendimento de que só pode ser



▶ Guilherme Feliciano diz que legislação atual já tem parâmetros estabelecidos quanto aos critérios de legalidade

terceirizada a atividade-meio, mas não há doutrina ou conceito certo sobre o que vem a ser atividade-meio ou fim, e essa ausência resulta em conflitos judiciais trabalhistas. Por exemplo: uma indústria de suco tem como atividade-fim plantar e colher o fruto? Há entendimentos de que sim e de que não", observou Lorena.

Segundo a entidade, conceitos de atividades-fim e meio não se aplicam à economia moderna devido a fatores como evolução tecnológica; práticas e técnicas pro-

ductivas e estratégias de negócios.

Por isso, a CNI tem defendido que a decisão sobre o que terceirizar tenha de ser uma "livre escolha" das empresas. "É o caso dos fabricantes de smartphones. Eles têm sempre de buscar especializações em áreas como de design, tecnologia, velocidade [do sistema operacional]. Portanto têm de montar estratégias a partir de uma expertise interna e também buscar a expertise de outras empresas com especialização em outras áreas. Caso contrário, o ambiente de negócio fica desfavorável", acrescentou.

Para a CNI, o texto do projeto define com clareza o que seria empresa especializada com objeto social único. "Esse texto nos permitirá identificar se a empresa realmente terá especialização [no objeto do contrato], qualificação técnica e capacidade econômica porque arrola requisitos para essa comprovação. Além disso, dá

como garantia para o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada 4% sobre o contrato de prestação de serviço", disse a gerente da CNI.

Para o representante da Anamatra, a aprovação do projeto de terceirização poderá frustrar expectativas de melhorias da situação financeira das empresas, a médio prazo. "As estatísticas mostram que trabalhadores terceirizados recebem um terço a menos do que o trabalhador normal. Provavelmente as contribuições previdenciárias também cairão para esse nível um terço menor. Isso seria desastroso para a economia como um todo. Tenho dúvidas até sobre se a terceirização aumentaria o lucro das empresas, uma vez que ela certamente implicaria em uma piora da produção. O resultado disso tudo, pode apostar, será o desaquecimento da economia. Ou seja, as próprias empresas que defendem a terceirização poderão

ser prejudicadas", acrescentou.

A representante da CNI não acredita em efeitos nocivos para a economia devido ao projeto que regulamenta a terceirização. "Não temos conhecimento detalhado sobre essa informação de que terceirizadas pagam um terço a menos do que as contratações diretas. O que acreditamos é que mais vagas no mercado resultam em mais fomento para a economia e que, bem feita, a terceirização fomentará o mercado, com empresas mais competitivas que, ao crescerem, gerarão mais empregos e melhores condições de trabalho", rebate a representante da CNI.

"Empresas que queiram manter-se no mercado, valorizadas e competitivas, terão de prestar o melhor serviço e apresentar o melhor produto. Portanto, elas terão de buscar as melhores empresas para a terceirização. Essa é a estratégia a ser considerada", acrescentou.

"Ao defender a terceirização, a CNI defende o que é melhor para o Brasil, para as empresas e para o trabalhador. É isso o que, do nosso ponto de vista, o projeto faz. Não temos interesse em reduzir direitos dos trabalhadores. Quando [em outros momentos] criticamos o excesso de encargos trabalhistas, nos referimos a questões tributárias. Não a direitos específicos do trabalhador", completou.

Para o juiz trabalhista e diretor da Anamatra, causa "estranheza" discursos e campanhas de entidades patronais em defesa dos trabalhadores. "O raciocínio pelo qual a terceirização penetra desde os anos 80 no pensamento empresarial visa apenas substituir mão de obra para barateá-la. É estranho ver essas entidades dizendo o que é bom para o trabalhador como se fosse uma antiga bandeira de luta", argumentou.

Informativo Semanal do Sindicato dos Médicos

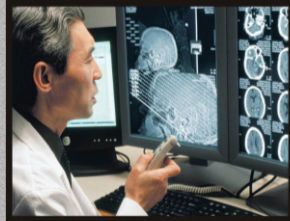
sin med
RN
em ação

APÓS 11 ANOS SEM REAJUSTES

MÉDICOS RADIOLOGISTAS E DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

PARALISAM OS ATENDIMENTOS DA OPERADORA Unimed

A PARTIR DE 05 DE MAIO



PISO FENAM

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região aprovou nesta quarta-feira (29), a implantação do Piso FENAM para os médicos que trabalham no Hospital Universitário, em Teresina (PI). Os votos favoráveis dos desembargadores Manoel Edilson, Liana Chaib e Francisco Meton foram dados durante julgamento do dissídio coletivo instaurado pelo Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí (SIMEPI) contra a empresa que gerencia o hospital, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A FENAM vem alertando sobre o perigo da violação da Constituição na criação da Lei 12.550/2011, que autorizou a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A EBSERH foi criada pelo Governo Federal, e é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), mas, infringe dispositivos constitucionais ao atribuir à EBSERH a prestação de um serviço público.

NATAL

Médicos de Natal se reuniram em assembleia na última quarta-feira, 29/4, para debater o andamento das negociações da construção do Plano de Carreira. Esta nova etapa de reuniões com a secretaria municipal de saúde será para a efetivação do Plano e terá a participação de uma equipe técnica da secretaria, um representante dos médicos e um advogado do Sinmed RN.

CUNHA DIZ QUE DILMA TEM DE TER "CAUTELA" PARA VETAR TERCEIRIZAÇÃO

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) disse, no feriado do Dia do Trabalho, que a presidente da República, Dilma Rousseff, tem de ter "cautela" caso decida vetar o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que regulamenta a terceirização. De acordo com Cunha, Dilma não deve assumir a posição do PT, mas da base que a sustenta politicamente.

"A presidente não é sustentada politicamente somente pelo PT, é sustentada por vários partidos. E todos esses outros partidos votaram pelo projeto. Então [ela] tem de ter a cautela de que o governo tenha uma posição que seja a posição da maioria da sua base", disse em entrevista à imprensa o presidente da Câmara antes de

participar de evento da Força Sindical, que ocorre na zona norte da capital paulista, comemorativo pelo Dia do Trabalho.

"A presidente da República tem de ter a cautela, é um direito dela ter opinião, ele sempre terá o direito de vetar qualquer proposta, embora [se saiba que] a última palavra será do Congresso, que vai apreciar o seu veto", acrescentou Cunha.

Na última semana, a presidente Dilma Rousseff disse que o governo reconhece a importância do projeto que regulamenta a terceirização, mas avaliou que a proposta deve ser discutida com equilíbrio e não pode significar a perda de direitos trabalhistas e de arrecadação.

Eduardo Cunha questionou

se a Presidência da República irá também adotar a pauta do PT e a da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na votação do ajuste fiscal, que deverá entrar brevemente em votação no Congresso.

"Nós vamos ter agora, por exemplo, a medida de ajuste fiscal. Você tem uma medida provisória polêmica, que os mesmos que contestaram a terceirização estão contestando que se está retirando direito. Se ela for seguir a pauta da central sindical e do PT, ela vai ter de pedir a sua base para votar contra a medida provisória que ela editou?", indagou. "Passa a ser perigoso quando você assume a pauta do PT e, consequentemente, a pauta do PT nem sempre coincide com essa da base", completou o presidente da Câmara.

AÉCIO NEVES DEFENDE LIMITE PARA TERCEIRIZAÇÃO

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse que o Senado irá "aprimorar" o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que regulamenta a terceirização, aprovado pela Câmara dos Deputados. Ele afirmou que os senadores irão discutir com "responsabilidade" a proposta e defendeu o que chamou de um limite para a terceirização.

"Nós vamos discutir a terceirização no Senado com enorme responsabilidade. De um lado,

vamos garantir a regulamentação para aqueles que são terceirizados. Mas nós vamos propor um limite para que as empresas possam terceirizar algumas das suas atividades. O Senado vai aprimorar o projeto votado na Câmara dos Deputados", disse em entrevista durante ato comemorativo do Dia do Trabalho, promovido pela Força Sindical.

O ministro do Trabalho, Manoel Dias, também presente ao evento, afirmou que a questão é

polêmica e que o governo defende restrições na terceirização da atividade-fim.

"Nós defendemos que haja restrições na questão da atividade-fim. Agora, nós vamos ter muitos trabalhadores que eram informais e vão ser formalizados. Mas nós queremos que haja garantias na terceirização da atividade-fim, para que não se precarize, não se subtraia direitos dos trabalhadores", disse em entrevista.

twitter: @sinmedrn facebook.com/sinmedrn

www.sinmedrn.org.br | comunicacao@sinmedrn.org.br



Editor

Everton Dantas

E-mail

evertondantas@novojournal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

COBRANÇA DE ROYALTY NA EÓLICA PREJUDICA ECONOMIA

/ DEFESA / COBRANÇA DE ROYALTY SOBRE PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA PROPOSTA POR SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PODE PREJUDICAR ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE É DURAMENTE CRITICADA POR ENTIDADES E ESPECIALISTAS QUE ATUAM NO SETOR

JALMIR OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

O SETOR DE energia eólica, que já trouxe mais de R\$ 9 bilhões de investimentos ao Rio Grande do Norte (nos últimos dois anos) e ajuda a economia de vários municípios está correndo o risco de ser prejudicado e ver sua atividade desestimulada. A ameaça decorre de uma proposta do secretário de Desenvolvimento Econômico (Sedec), o paraense Paulo Roberto Cordeiro, que quer implantar a cobrança de royalties sobre a produção de energia eólica. Na prática, a medida representará mais um imposto sobre a atividade e – segundo especialistas – vai acabar sendo paga pelo consumidor.

Diante da situação, entidades, empresários e especialistas no assunto estão fazendo o alerta sobre o risco que a economia do Estado está correndo e se colocando contrários à proposta. A medida pode retirar até 3% da receita das empresas ligadas a este segmento da economia. De acordo com representantes do setor, a cobrança vai inviabilizar o crescimento da atividade em solo potiguar e afastar futuros investidores.

A proposta do secretário paraense foi apresentada em uma reunião na Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern), dia 24 passado. De acordo com ele, o pagamento não vai causar prejuízos à atividade eólica. “É uma questão de justiça. Nós exportamos energia e existe uma reserva de crescimento que pode ser multiplicada por cinco. Estes recursos precisam ser compartilhados”, argumentou.

Não é assim que a questão é vista por quem entende do assunto. Segundo o presidente do Sindicato Estadual das Empresas do Setor Energético (SEERN), Jean Paul Prates, a proposta do poder público é juridicamente questionável. “A cobrança de royalty é uma compensação econômica que se aplica apenas para recursos não renováveis, o que não é o caso da eólica, oriunda da força dos ventos. A me-



FOTOS: ARGEMIRO LIMA / NU

didada é um instrumento que pode desestimular a atividade produtiva”, justifica.

A explicação do desestímulo reside no fato de que a tributação incide sobre a receita do empreendimento. Ou seja, o mecanismo serve para compensar possíveis práticas nocivas ao meio ambiente. “Não é o caso da energia eólica, uma energia limpa e, sobretudo, renovável”, rebate.

No Brasil, os royalties são uma compensação financeira gerada pela produção de petróleo e gás natural. O dinheiro incide sobre o valor da produção do campo de produção e é recolhido mensalmente. A arrecadação é dividida entre a União, Estados e Municípios. O mecanismo é regulado pela lei federal 12.858/2013 e os recursos só podem ser aplicados em educação

e saúde. Em 2014, o Rio Grande do Norte recebeu R\$ 275,4 milhões.

Jean Paul Prates diz ainda que a nova tributação pode inibir futuros investidores e impactar a economia do Rio Grande do Norte. “É uma medida que afugenta futuros projetos e penaliza uma importante cadeia produtiva do Estado”, detalha. Hoje, o segmento eólico potiguar tem uma potência instalada de 2,02 GW. A estrutura tem 1.133 turbinas eólicas distribuídas por 75 usinas. A atual capacidade de operação foi atingida há duas semanas, com o início de 18 unidades geradoras do parque eólico Morro dos Ventos II, no município de João Câmara.

ALTERNATIVA

Jean-Paul Prates, que também é suplente da senadora Fátima Be-

zerra (PT), está propondo um projeto de lei para uma alternativa à cobrança de royalty da produção eólica. A medida também é uma compensação pela atuação econômica do setor. No entanto, o dispositivo modifica a repactuação dos recursos oriundos do Imposto de Comercialização de Mercadoria e Serviços (ICMS) sobre a produção de energia dos ventos.

Hoje, apenas unidades federativas que recebem a energia ficam com a arrecadação do tributo. No futuro modelo, a arrecadação vai ficar 50% com os Estados produtores e outros 50% com os destinatários. “A proposta é de este recurso seja dividido de forma igualitária. Nós já somos cobrados pelo ICMS e não queremos ter outro tributo sobre a nossa produção”, frisa Prates.

MUDANÇA AMEAÇA TIRAR RN DO MAPA DOS INVESTIMENTOS

Para o presidente da Comissão de Energia Eólica da Federação das Indústrias (Fiern), Sérgio Azevedo, a discussão sobre o royalty do setor eólico vai gerar impactos negativos em toda a cadeia produtiva local. “O setor já trouxe R\$ 9 bilhões em investimentos ao Rio Grande do Norte. É inegável a contribuição desta cadeia produtiva para a economia local”, ressalta. Atualmente, a energia eólica é responsável por 80% de toda a energia consumida no Estado.

Sérgio Azevedo reforça que a tributação dos parques eólicos vai desestimular o segmento. “Que empresário vai investir numa local em que se é cobrado para atuar?”, indaga. Ele acredita que compensações aos Estados e Municípios sejam discutidas em âmbito nacional. “Não podemos ser pioneiros num projeto que vai prejudicar a nossa eco-

nomia”, reforça. Ele afirmou que se a medida for aplicada no Rio Grande do Norte, estados vizinhos como Ceará, Bahia, Pernambuco e Piauí irão despotar na implantação e geração de energia por fonte eólica, porque se tornariam bem mais atraentes para investimentos, riscando o RN do mapa dos investidores do segmento. “Os estados vizinhos agradecerão ter menos um competidor. Uma vez que a mensagem dos secretários de Desenvolvimento Econômico desses Estados aos investidores é que lá estão de portas abertas para receber todos os que ali decidam investir”, disse. E acrescentou: “A simples ideia de se aumentar os custos de produção, na forma de royalties, será vista pelas empresas como penalização e desincentivo. Assim sendo, me parece ir de encontro à finalidade da própria Secretaria”.



É UMA MEDIDA QUE AFUGENTA FUTUROS PROJETOS E PENALIZA UMA IMPORTANTE CADEIRA PRODUTIVA DO ESTADO”

Jean-Paul Prates

Presidente do SEERN / suplente de senador

/ OPINIÃO /

EÓLICAS: NÃO AO “ROYALTY”; SIM AO CONSENSO

*Por Jean-Paul Prates

Há alguns dias chegou-nos ao conhecimento que o Governo do Estado estaria pensando em adotar uma espécie de “royalty” sobre a energia eólica. A ideia, embora pareça inédita e simples, não é nenhuma coisa nem outra; e como presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do RN, recém-constituído, não poderia deixar de me pronunciar a respeito, pelo setor.

Antes de contestar o assunto em público, empedrando argumentos e reações, preferimos ir diretamente saber da fonte quais os argumentos e preocupações para tal iniciativa. Conversei com o Governador Robinson Faria e com o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Paulo Cordeiro, que apontaram uma preocupação, a nosso ver inteiramente legítima, em aprimorar e penalar os benefícios fiscais e sócio-econômicos deste setor para o RN.

Tanto o Governador quanto o Secretário foram receptivos a ouvir nossa argumentação. Expliquei que, apesar de entender e respeitar a preocupação geral contida na proposta governamental, a proposição de um “royalty” sobre as eólicas teria dois problemas: (1) seria impossível juridicamente por que “royalty” é uma compensação econômica para futuras gerações quanto a recursos NÃO-renováveis, apenas, e (2) por incidir sobre a receita bruta dos empreendimentos, é considerado um dos instrumentos fiscais mais “regressivos” de todos, insensível à viabilidade econômica, penalizando extemporaneamente um setor que acaba de conseguir se viabilizar e formar uma cadeia produtiva nacional. Além disso, penalizaria o sucesso do RN como referência nacional no assunto, e provocaria uma reação nacional uma vez que um Estado não pode implementar “royalty” somente no seu território.

Como alternativa viável e consensual, na mesma semana comecei a trabalhar, com a Senadora Fatima Bezerra, num Projeto de Lei para beneficiar os estados onde a energia é produzida - com 50% do ICMS da geração de energia. Hoje apenas os estados destinatários recebem - resultado de um ajuste político da época da Constituinte de 1988 que trocou o ICMS do combustível e da energia (para SP) pelos “royalties” do petróleo (para o Rio).

Hoje, o mapa de correlação de forças, o número de estados geradores/produtores e a reconfiguração da própria destinação atual dos “royalties” do petróleo induzem a que se revise também a destinação do ICMS da energia e dos combustíveis.

Além de obsoleta, a destinação única ao consumo é também ineficiente do ponto de vista da conservação de energia, pois induz o desperdício e premia quem consome mais, deixando desguarnecidos os estados que permitem o uso de suas áreas, acessos e recursos naturais para gerar energia para o País.

Pelo SEERN (Sindicato das Empresas do Setor Energético do RN), em consonância com a ABEEOLICA (através de sua Presidente Executiva, Elbia Gannoum), assumimos o compromisso de buscar conciliar os interesses legítimos do Governo do Estado e do setor energético quanto a incrementar os benefícios fiscais e sócio-econômicos, ao mesmo tempo mantendo o ambiente atrativo ao investimento em energia no RN.

* JEAN-PAUL PRATES é presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do RN (SEERN), diretor-geral do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (CERNE) e primeiro suplente da senadora Fatima Bezerra (PT-RN).



NÃO PODEMOS SER PIONEIROS NUM PROJETO QUE VAI PREJUDICAR A NOSSA ECONOMIA”

Sérgio Azevedo

Presidente da Comissão de Energia Eólica da Fiern

CONTINUA
NA PÁGINA 5 ►

Opinião

▶ rodaviva@novojornal.jor.br

RODA VIVA

CASSIANO ARRUDA CÂMARA

TUDO POR DINHEIRO

O grande nó para sair a campanha da Prefeitura de Natal para fazer a cobrança da sua dívida ativa, está sendo a posição dos Procuradores do Município que querem ter uma participação sobre a cobrança. O Ministério Público deu parecer contrário e a Câmara Municipal não parece disposto a aprovar mais esse capilé. Sem falar nos óbices da terceirização da cobrança

CIDADE GOURMET

Poucas cidades como Natal tem motivado tanta gente a criar confrarias em torno da gastronomia (a população per capita de "chefs de cuisine" não tem similar no mundo). Mas, aqui, ninguém lembrou de homenagear o autor da "História da Alimentação no Brasil". Em São Paulo foi criado o Centro de Cultura Culinária Câmara Cascudo, presidido por Helena Rizzo, eleita pela revista inglesa "Restaurant", a melhor chefe de cozinha mulher, de todo o mundo.

FAÇAM SEU JOGO



Entrevistando o Ministro do Turismo, Henrique Alves, o colonista Amaury Junior, colocou um novo assunto em pauta: - A liberação do jogo com a reabertura dos cassinos. O Ministro prometeu colocar o assunto em discussão: "É um tema que o Brasil hoje tem mais experiência para discutir com regras claras. Este debate é propício fazer de forma amadurecida e responsável. Isso não estava na minha agenda, mas vou colocar".

TAMANHO DO PREJUÍZO

A publicação do balanço do Portage Norte Shopping, do ano de 2014, revela o tamanho do prejuízo ali acumulado. O prejuízo revelado é de R\$ 13.557.176,00. Mas, os empreendedores continuam animados com as perspectivas para o empreendimento, mesmo no meio desta crise que assola o país.

HORA DA VERDADE

O Rio Grande do Norte é o quarto Estado brasileiro que menos solucionou crimes de homicídio de autoria desconhecida, praticados até 31 de dezembro de 2007. Esse é um dos temas que serão examinados pelos representantes do Conselho Nacional do Ministério Público que estarão em Natal nesta segunda-feira para várias reuniões na sede do Ministério Público Estadual.

PROCURA-SE UMA RÉGUA

Para respeitadas raposas políticas o mal da ansiedade termina se transformando num dos piores inimigos para quem atua nesta área, especialmente, na administração pública. Afinal de contas é impossível estabelecer controle sobre os acontecimentos. Dr. Tancredo Neves ensinava que paciência é uma virtude indispensável, embora ele tenha vivido inúmeras experiências com auxiliares querendo mostrar serviço e terminavam distribuindo bombas de efeito retardado, que podem terminar se voltando contra quem as produziu.

Em todo o mundo o prazo de cem dias é aceito como o espaço mínimo para se fazer as primeiras avaliações sobre os novos governos. Não sobre as obras realizadas, até porque, para cumprir a liturgia burocrática, o tempo para a abertura de uma concorrência e sua realização, mesmo sem nenhum contra tempo, não se conseguirá concluir o processo. E em qualquer outra realização, termina havendo a divisão de méritos com o antecessor, embora a continuidade administrativa deva ser contabilizada como ponto positivo para o novo governo.

Da situação difícil do nosso Rio Grande do Norte não existe qualquer novidade. Todos tinham consciência dessas enormes dificuldades, confirmadas pelo fato do Estado infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal, comprometendo mais da metade de sua receita, apenas, com o pagamento da folha de pessoal. Situação agravada pela conjuntura nacional, com o Brasil vivendo a maior crise econômica desde a volta da plenitude democrática. A conjugação desses dois fatores torna a solução para o problema local muito mais complicada, pela improbabilidade de se conseguir aporte de recursos federais para nos acudir nesses momentos de muitas dúvidas.

Num quadro sombrio como este, o que os governantes podem fazer é tentar reduzir os gastos públicos e impedir o crescimento da folha de pagamento, aliás como estão fazendo os das maiores unidades da federação. No nosso caso, em vez de esperar por realizações, o correto é valorizar o que está sendo feito párea tentar equilibrar as finanças públicas, começando pelo enquadramento das tais contas nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tentar medir a eficiência governamental por outra régua, termina correndo o risco de provocar desinformação, como aconteceu esta semana com uma notícia que foi lançada pelo próprio Governador do Estado, na sua conta no Instagran, anunciando o crescimento do movimento turístico do Rio Grande do Norte em 200%. Tal notícia terminou sendo pintada e bordada sempre em tom ufanista, embora ninguém tenha se preocupado em procurar saber como se chegou a esse número tão espetacular. Na verdade esse aumento foi registrado num site de viagens "Hotel Urbano", que não figura entre os maiores vendedores do nosso destino (três hotéis da Via Costeira disseram nunca ter recebido hóspedes dessa agência de viagem). Ou seja, se o site havia mandado três hóspedes para Natal e agora subiu para nove, haveria um aumento dos 200%. Embora isso significasse muito pouco, ao contrário do tom ufanista do noticiário gerado a partir daí. Da mesma forma que seria tão injusto - quanto mentiroso - se colocar na conta do atual governo o aumento de 85% registrado, nesse mesmo período, do aumento dos casos de Dengue registrados, em todo o Estado. Medir um governo por essa régua, não leva a nada.

Resolvemos tratar do assunto porque a busca de grandes realizações, quando é impossível realizar, termina sendo uma tentativa para desinformar, em vez de informar corretamente. O governo dispõe ainda de um longo caminho a percorrer e essas crises de ansiedade não o ajudam em nada. É preciso dar tempo ao tempo...



“ Não há ilegalidade porque a lei permite os saques”

DO PRESIDENTE DIO IPERN, JOSÉ MARLÚCIO, SOBRE O SAQUE DE R\$ 83 MILHÕES PARA COMPLEMENTAR A FOLHA DE PAGAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DO MÊS DE ABRIL

ZUM ZUM ZUM

- ▶ De uma raposa palaciana: - Antes de 120 dias, o governador Robinson Faria vai ter de fazer uma reforma do seu secretariado. Quem viver verá.
- ▶ Completa 255 anos, neste domingo, a criação do município de Ceará Mirim e a primitiva criação de Extremoz.
- ▶ A Defensoria Pública fará um mutirão, nesta segunda-feira, na Penitenciária

de Alcaçuz para examinar os casos de execução penal.

- ▶ Nesta segunda-feira, a Secretaria da Saúde promove o 17º Forum Estadual de Saúde Bucal.
- ▶ Neste domingo completa 45 anos da primeira solenidade de formatura única da Universidade Federal, realizada na Praça Pedro Velho.

- ▶ O projeto Viva Costeira está de volta neste domingo, em novo horário: Das 14 hs às 22 hs.
- ▶ A STTU e a Faculdade Maurício de Nassau realizam a campanha "O Espaço de Cada um", em favor do respeito as vagas de estacionamento prioritárias.
- ▶ O Departamento de Geografia da Universidade Federal realiza, segunda

LIDERANÇA AMEAÇADA

No mês passado, o Rio Grande do Norte ultrapassou a marca de geração de Dois Giga Watts de energia eólica em seu território. Nominalmente a potência instalada ultrapassou a marca dos 2.020,157 MW. São 1.133 turbinas distribuídas em 75 usinas em todo o Estado. Detalhe: o Rio Grande do Norte gastou cinco anos para quebrar a barreira de 1 GW, em maio do ano passado e menos de um ano para dobrar essa capacidade, sendo o primeiro a quebrar a marca dos 2 GW, assumindo a liderança nacional na área. Mas, o Governo do Estado não parece satisfeito com essa posição e pretende influir no processo. É o caso da instituição de "zoneamento econômico ambiental" como propõe o Secretário de Desenvolvimento, Paulo Roberto Cordeiro.

PRIMEIRA RESPOSTA

No último leilão de energia do Governo Federal, realizado segunda-feira, embora fosse o Estado com maior número de projetos de energia eólica (65) o RN não ganhou um só lance. Ninguém é doido de assinar um contrato e ter a localização do seu projeto dependendo da canetada de um burocrata, sem saber onde poderá implantá-lo.

PRIMEIRAS PROMOÇÕES

Saíram as primeiras promoções na Polícia Militar, retroativas a 21 de Abril. Estas, cumprindo decisão judicial que determinou a ascensão de vinte e dois 2º Tenentes da PM à patente de 1º Tenente. O ato foi publicado no Diário Oficial da sexta-feira e não é suficiente para acalmar a oficialidade.

CONTRA A GRIPE

A campanha de vacinação contra a Gripe começa amanhã, com o Dia D, programado para sábado, dia 9. Essa 17ª campanha nacional pretende imunizar 190 mil pessoas em Natal, sendo 50 mil crianças entre seis meses e cinco anos; 85 mil maiores de 60 anos; 20 mil trabalhadores e 9 mil gestantes.

BOMBA RELÓGIO



O Governo Robinson Faria pode enfrentar sua primeira greve de servidores ao longo deste mês de Maio. O pessoal da Universidade do Estado (UERN) começa a se mobilizar. O motivo tem número: 12.035% que é o aumento, já negociado, e esperam seja implantado.

e terça-feira, o workshop "Liderar e planejar em tempo de crise".

- ▶ Três motivos de comemoração neste domingo: 1 - Dia do Riso, 2 - Dia do Sono; 3 - Dia do Sertanejo.
- ▶ O jornal A República registrou, há 105 anos, a criação do primeiro "club de foot ball" de Natal, cinco anos antes de América, ABC e Alecrim.



Editor

Carlos Magno Araújo

E-mail

carlosmagno@novojornal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

Editorial

Taxar o vento?

O Rio Grande do Norte assiste a mais uma tentativa de o estado atrair um setor e uma atividade que vinham funcionando muito bem e ajudando a promover o desenvolvimento, sem representar peso algum ou gerar custos para o poder público.

Sob o argumento de que precisa regular, a Secretaria de Desenvolvimento do governo estadual planeja imprimir mudanças em alguns projetos, programas e iniciativas, como os da energia eólica, o que sobressai, entre todos os outros, em razão do desejo de intervir em segmento que necessita de tudo, menos da injeção de burocracia.

É evidente que o estado e o governo têm de acompanhar o que se passa e até deter o controle sobre o que, e como, se deseja implantar. Vale para a atividade eólica ou qualquer outra área.

No entanto, interferir não para estimular, mas para comprometer é um retrocesso do qual os empresários que atuam no RN acreditavam ter se livrado, em que pese a presença incômoda, ainda, em determinados segmentos, da famigerada insegurança jurídica.

A produção de energia eólica é a área em que o RN mais tem se destacado, do ponto de vista econômico, o que não é pouco em meio ao clima de estagnação geral.

A explicação para o sucesso dos projetos eólicos no estado é exatamente o vento bom e constante, o que permite a produção frequente, e terrenos suficientes e adequados para instalação das usinas.

Portanto, a localização privilegiada, mais uma vez, como se deu com a atividade turística, a atividade pesqueira e a da extração de petróleo, trabalha a favor do RN.

A parte que sempre lhe coube - e sobretudo aos gestores públicos - é transformar essas vantagens naturais, decorrentes da posição geográfica privilegiada e dos investimentos realizados, em bons negócios.

Era o que vinham fazendo, ou tentando fazer, os empresários que apostaram na produção de energia eólica e contribuíram, com seus investimentos, para que o estado ocupasse posição de destaque entre todos os que produzem energia.

Produzir energia, aliás, é do que precisa o país, tendo em vista a crise hídrica, que hoje afeta não somente os municípios menores, mas as grandes metrópoles.

Desde a semana passada, porém, há uma grita geral entre os empresários, os executivos e os fornecedores da área de energia eólica. Na prática, o governo quer criar uma nova cobrança para o funcionamento da atividade no estado: o pagamento de royalties.

Gente do ramo considera a proposta esdrúxula, um retrocesso para o setor e um tiro no pé do próprio governo, que podendo ser o condutor de uma grande iniciativa, age mais como se fosse vilão.

Por si só, a ideia de taxar o vento é, além de inusitada, um caminho que só leva ao atraso. E o RN precisa crescer olhando mais para a frente.

Artigo

CARLOS MAGNO ARAÚJO

Diretor de Redação ▶ carlosmagno@novojornal.jor.br



Copa Rio-RN

Quem acompanha com alguma frequência o futebol local verá de notar um duelo especial na final do campeonato carioca de hoje. Do lado do Vasco, o lateral Madson. Do lado do Botafogo, o atacante Rodrigo Pimpão.

É disputa made in RN porque no ano passado eles também travaram jogos duros, Madson pelo ABC e Pimpão, pelo América.

Aliás, o campeonato do Rio de Janeiro foi um mini-campeonato potiguar, a tirar por algumas peças dos principais times. No Fluminense, outros dois ex-abececidistas se destacaram, o volante Edson e o lateral Renato.

No ano passado estavam por aqui, ora jogando no Nazarenão, ora no Nogueirão, ora em Assu. No Flamengo, quem jogou foi Artur Maia, ex-América. Sofreu lá do que vinha sofrendo aqui, da inconstância. Jogava duas, três partidas, parava contundido. Voltava, depois se machucava novamente.

Se faltou ritmo de jogo por aqui, apesar de um golaço que fez atravessando todo o gramado da Arena das Dunas, faltou a Artur Maia também no Flamengo sequência de jogos. Sem preparo adequado, ia e vinha. Entrava e saía, e não pôde se destacar.

Mas vale o registro, evidente: no campeonato do Rio, brilharam, uns mais, outros menos, jogadores que até pouco tempo defendiam ABC e América.

A final do carioca, portanto, terá ainda um saborzinho de rixa local, dando um gás a mais na final de verdade, a do centenário, travada ontem no Frasqueirão pelas duas maiores equipes do estado.

Na quarta passada, aliás, de volta à Arena das Dunas depois de algum tempo, não pude esconder a sensação de melancolia, que as torcidas tanto de ABC como de América tentavam minimizar com seus gritos de guerra e de provocação mútua.

É que uma final ABC e América pede estádios cheios, pede bandeiras, pede fogos, festas, algo semelhante ao que se viu em Fortaleza, no mesmo dia, quando o Ceará, jogando com o Bahia, se tornou campeão da Copa do Nordeste. Mais de 60 mil torcedores no Castelão.

Por aqui, a administração da Arena das Dunas sequer abriu o anel superior para as torcidas. Coube, e sobrou, todo mundo ali, no anel inferior. E ainda faltou gente para compor, por exemplo, o mosaico do ABC.

O marketing nunca esteve tão presente no futebol como agora. Nunca tanto dinheiro rolou no futebol. Porém, nunca se disputou tantos campeonatos com estádios vazios, como se o público fosse mero detalhe.

Já já o Brasileirão começa. Será, a se repetir a demonstração dos torcedores na quarta passada, aberta a temporada de arenas vazias...

Você achou o imóvel, mas não conseguiu financiamento?
A CHB é a sua solução.

- Juros baixos;
- Até dez anos para pagar;
- O imóvel oferecido em garantia deverá estar regularizado na Prefeitura e cartório competente;



- Não será aceito terreno/ lote como garantia;
- Valor do crédito limitado a 50% do valor de avaliação do imóvel.

CHB

COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA

4009.4800
www.chbcredito.com.br

criola



► Produção de energia eólica trouxe R\$ 9 bilhões de investimentos para o Rio Grande do Norte, com potência instalada de 2,02 GW, 1.133 turbinas distribuídas por 75 usinas

PROPOSTA PARA COBRAR ROYALTY DA PRODUÇÃO EÓLICA É “INSENSATA”

Na opinião do vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Azevedo, a proposta do secretário Paulo Roberto Cordeiro de cobrar royalties sobre a produção eólica é “insensata”. Ele condena a criação de um novo tributo. “Já temos uma carga de impostos insuportável e ainda se quer tributar a nossa produção. Para mim, é uma proposta insensata”, diz. Segundo ele, caso seja implantada, a cobrança acabará gerando perda para o consumidor final. “No fim das contas, quem vai pagar por este custo é a própria população”, relata. Flávio Azevedo acredita também que a cobrança tira a competitividade do Estado. “Os custos da produção ficam mais altos e operação local inviável”, resume.

A cobrança de royalties não é a única proposta do secretário Paulo Roberto Cordeiro que desagrada o empresariado potiguar. É dele também a ideia de promover um mapeamento ambiental para definir as vocações econômicas do território potiguar. O zoneamento, segundo ele, vai impedir a “desordenada” ocupação de terras provocada

pelo setor eólico. “Somos avaliados em todo o processo de instalação de um parque eólico. Não há razão para levantar dúvidas sobre os impactos ambientais do setor”, defende Flávio Azevedo. Ele argumenta que o setor de energia é responsável pelo “renascimento” econômico de diversas regiões potiguares.

Na opinião do vice-presidente da CNI, a maior parte dos parques eólicos está instalada em áreas distantes do litoral, o que derruba a concorrência com o turismo. “As unidades estão presentes em terras antes inóspitas, áreas estéreis, em que não havia qualquer produção econômica”, analisa. Jean Paul Prates, do SEERN, quer discutir com o Idema um novo modelo de licenciamento para os empreendimentos deste segmento.

O objetivo é dotar o órgão fiscalizador de medidas mais eficientes para analisar a instalação de parques eólicos, com fiscais e analistas especializados nesta cadeia produtiva. A proposta de zoneamento ambiental será discutida com o Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Idema).



NEY DOUGLAS / NJ



JÁ TEMOS UMA CARGA DE IMPOSTOS INSUPORTÁVEL E AINDA SE QUER TRIBUTAR A NOSSA PRODUÇÃO. PARA MIM, É UMA PROPOSTA INSENSATA”

Flávio Azevedo
Vice-presidente da CNI

SECRETÁRIO QUER IMPLANTAR PEDÁGIO NOS ACESSOS PARA O AEROPORTO

Se com a proposta de cobrar royalties em cima da produção de energia eólica o secretário Paulo Roberto Cordeiro já conseguiu provocar polêmico junto ao setor; há uma outra proposta dele que promete desagradar um grupo bem maior de pessoas. É dele também a ideia de implantar a cobrança de pedágio nas vias que fazem a ligação de Natal com o aeroporto de São Gonçalo, por meio da promoção de uma parceria público-privada. A medida seria uma alternativa para garantir a conclusão das obras, que se arrastam desde 2013 (leia mais sobre o assunto em CIDADES, 9).

Hoje há apenas um trecho viário liga Natal ao novo terminal aéreo, que é o acesso criado através da rodovia federal BR 406. “A medida está em debate e o governador [Robinson Faria] até se mostrou reticente, mas é uma medida que pode resolver a falta de recursos para concluir os serviços”, diz. Na prática, a proposta consiste em cobrar pela passagem para todos os que precisarem ir ao aeroporto. Não há estimativa ainda de quanto seria esse valor.



EDUARDO MAIA / NJ

► Ao contrário do governador, Paulo Cordeiro é favorável a novos impostos

Outra medida que vai ser tocada pelo secretário é a implantação de uma usina de dessalinização de água marinha no Rio Grande do Norte. O projeto piloto de abastecimento hídrico será instalado nos próximos meses em um município potiguar. O local não foi revelado por Paulo Roberto Cordeiro. “Vai beneficiar 30 mil pessoas e o excedente utilizado para agricultura irrigada”, detalha.

Toda iniciativa será bancada por uma empresa multinacional,

que também foi mantida em sigilo. “A fabricante do dessalinizador vai capacitar o governo na operação e manutenção do equipamento. Será uma importante ferramenta para beneficiar regiões afligidas pela estiagem”, relata.

Uma meta do novo secretário é garantir a ampliação do contrato do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo ao Gás Natural (Progás). O benefício é uma parceria entre o governo estadual e a Petrobras, com

o objetivo de fornecer gás natural subsidiado para as indústrias instaladas em território potiguar. O atual contrato do Progás foi renovado por mais 90 dias, sexta-feira (1º). A Petrobras reclama uma dívida de R\$ 80 milhões do governo estadual. O montante decorre de valores subsidiados pelo poder público e que não foram repassados à empresa pública. “O Estado assumiu a dívida e quer pagar o valor cobrado. No entanto, queremos um prazo de 120 meses para quitar este valor”, afirma.

A minuta, explica o secretário estadual, facilitaria as discussões relacionadas ao assunto. “O queremos é que o Progás seja assinado para 10 anos, mas ainda é necessário firmar um acordo com a Petrobras”, discorre.

O Progás é um dos mecanismos públicos para a instalação de indústrias no Rio Grande do Norte. Atualmente, o subsídio beneficia 14 empresas: Vicunha, Guararapes, Três Corações Natal, Sterbom, Rarus, Nortex, Três Corações Mosoró, Multidia, Coteminas SGA, Coteminas MAC, Fortcola, Refimosal, Porcelanatti (Itagrês) e Vittra.

MEDIDA SERÁ DISCUTIDA DIA 19 EM REUNIÃO

De acordo com o secretário estadual de desenvolvimento econômico, Paulo Roberto Cordeiro, a proposta de cobrança de royalty da cadeia produtiva do setor eólico é uma questão urgente. No entanto, ele explica que a medida não será adotada imediatamente pelo Governo do Estado. “A medida também precisa ser aprovada pelos demais Estados produtores de energia eólica. É uma questão de debate e queremos levar a proposta para discussão”, diz. O modelo potiguar será discutido na próxima reunião de Secretários Estaduais de Desenvolvimento Econômico (Consedic), no dia 19 de maio, em Brasília.

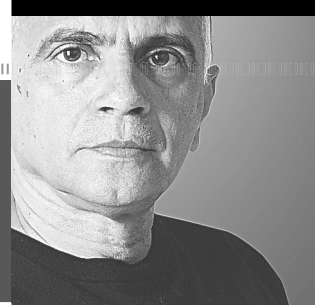
Segundo Paulo Roberto Cordeiro, a cobrança seria feita da receita das empresas. O Estado ficaria com 2% e os municípios dividiriam 1%. “Não traz qualquer problema para o setor. A nossa economia sairia ganhando”, justifica. Ainda de acordo com o titular da Sedec, a proposta de royalty também será avaliada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). “Somente com a aprovação do órgão regulador do setor tributário é que um projeto de lei pode ser enviado para análise do Congresso Nacional. A discussão é longa e necessária”, comenta.

Paulo Roberto diz que avalia como positiva a proposta de repactuação do ICMS da produção de energia eólica. “Eu acredito que é uma boa proposta. Estamos num debate sobre a melhor forma de compensação financeira e qualquer ideia é importante para este debate”, completa.

QUEM É

O secretário de desenvolvimento econômico, Paulo Roberto Cordeiro é paranaense. Ele assumiu o cargo no dia 23 de fevereiro. Ele já foi diretor do Banco do Estado e do Centro de Desenvolvimento Industrial do Paraná. O convite para assumir o cargo partiu do governador Robinson Faria.

O auxiliar já propôs a Robinson Faria um estudo de uma Parceria Público Privada para instalação de pontos de pedágio entre os acessos ao Aeroporto Aluízio Alves, em São Gonçalo do Amarante. Ele já foi deputado federal pelo Paraná. Paulo Roberto Cordeiro é engenheiro, com especialização em infraestrutura e administração pública. Atuou em empresas privadas e estatais e nos setores de imóveis, telecomunicações e energia. Ele também foi diretor da Telepar.



Uma utopia para Natal (2/2)

No primeiro artigo a que este dá seqüência, registrei projeto do folclorista Deifilo Gurgel, de valorização de uma data que segundo ele resultaria em grandes ganhos para a cultura local, que nunca saiu do plano das idéias apesar de se revestir de grandes possibilidades além de incrementar o turismo de eventos inspirado na exploração do tema "Natal em Natal", que somente seria incrementado muitos anos depois, não pelo Governo do Estado, mas pela Prefeitura Municipal – embora totalmente despido de "espírito natalino". – é interessante notar que essa idéia lhe surgiu numa época anterior à existência dessa grande festa que faz da cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, um grande acontecimento que otimiza o turismo em terras gaúchas. Lá, a festa temática surgiu depois que um secretário de estado, em visita à Disneylândia, percebeu que podia alavancar a economia e dar projeção ao município serrano através da criação de um espetáculo de luzes, música e cores quer tivesse como inspiração o Natal, a maior festa da cristandade. Deifilo era então o diretor cultural da Fundação José Augusto e a idéia recorrente surgiu-lhe aí por volta de 1980 e 1983. A rigor a idéia não era nova. Creio que o prefeito Djalma Maranhão já tentara fazê-la, embora sem a dimensão desejada, ao revitalizar grupos folclóricos e a promover, no fim do ano, festas populares que continham em potencia o espírito natalino que Deifilo deseja alcançar por meio do seu Atal em Natal", uma idéia que, por assim di-

zer, estava "no ar", pois alguns anos um ex-carreiro que eu entrevistara para o jornal Tribuna do Norte e para o que seria o meu livro O spleen de Natal (publicado em primeira edição em 1996 após anos de ineditismo) já sonhava com a realização de uma grande festa capaz de resgatar o espírito natalino a que ele, Delal Geraldo de Góis chamara de "Natal em Natal", assim descrita por ele:

"Eu queria que todos se unissem para a realização de uma grande festa que durasse o ano inteiro, "Natal em Natal". A cidade tem uma vocação romântica que encanta a gente. Mas não tem políticos competentes. Falta-lhes a capacidade de ousar coisas novas. Uma coisa que me encantou no governador José Cortez Pereira foi o seu amor pela cidade, aliado a um indiscutível senso criador. Ele valorizou os artistas e as crianças, criando uma cidade encantada só para elas. Foi um período fascinante, com festivais de teatro, exposições de arte, edições de livros... Natal voltou a ser uma cidade musical. Havia um clima de festa no ar que nunca mais se repetiu. Até mesmo a Cidade da Criança acabou abandonada e com a lagoa Manuel Felipe poluídíssima".

Nem Delal nem Deifilo, pelo que me lembro, jamais chegaram a esboçar essa grande festa popular. Era, de fato, apenas uma idéia, no caso de Delal fruto do entusiasmo e do seu amor à cidade que se ressentia da falta de idéias e de projetos que fugissem da rotina resultante de uma mornidez cerebral crônica que contamina a ges-

tão cultural nessa "grande fazenda iluminada", no dizer do comentarista esportivo João Machado, ao debruçar-se sobre a nossa crônica realidade.

Em 2013, ao assumir pela segunda vez a direção da Pinacoteca do Estado, até demitir-me do cargo em 17 de julho desse ano, por faltar-me condições de trabalho e recursos para projetos, em um dado momento chegamos, minha equipe e eu, a pensar na possibilidade de, a partir da realização de uma festa temática, colocarmos Natal no roteiro do turismo nacional, ocasião em que chegamos a listar uma série de eventos capazes de associar a capital do estado ao ciclo natalino e com muito mais legitimidade do que Gramado, pois Natal já somos há 400 anos, desde que a cidade passou a existir, como sabemos, num dia de Natal. Porém, como a secretária não dava atenção a idéias que não saíssem de sua própria cabeça, mesmo aquelas que pareciam fadadas ao sucesso, desistimos de levar adiante essa idéia, porém ficaram as sugestões que, em 2014, quando o prefeito Carlos Eduardo convidou-me para dirigir a Sala Natal – que seria criada nove meses depois do convite –, reuni semanalmente em minha casa um grupo de artistas e colaboradores voluntários, dos quais sairia os que fazem esse departamento da Secretaria Municipal de Cultura, para discutirmos idéias e sugestões para projetos que pretendia submeter ao titular da pasta ao qual estamos funcionalmente subordinados. O tema natalino reapareceu naturalmente.

Relaciono a seguir a série de idéias que pretendemos encaminhar à secretaria da cultura – uma secretaria de estado criada em caráter extraordinário para dar emprego a uma cunhada da então governadora que se notabilizou por seu atabalhoamento e sucessivos fracassos gerados pela falta de planejamento e de recursos humanos que resultaram na exploração desatinada dos servidores da Fundação José Augusto que lhe estavam funcionalmente subordinados. Cheguei a adverti-la dos riscos que corria ao infringir a lei que fiscaliza e pune o trabalho escravo. A situação era tão grave que esses funcionários, ao se referirem ao evento "Agosto da Alegria", chamavam-no de "Agosto da Agonia", para o qual trabalhavam sem as mínimas condições e, às vezes, sem o pagamento de horas extras. Sentiam-se todos explorados e lesados em seus direitos assegurados por lei.

Ei-las, as idéias que listamos e transformamos, algumas, em projetos voltados para o engrandecimento do Natal em Natal, que deveria começar em Novembro de cada ano, com a Festa da Padroeira da cidade do Natal, Nossa Senhora da Apresentação, e terminaria em 6 de janeiro com a Festa de Reis, no bairro homônimo:

- Presépios vivos nas praças da cidade e a realização de concursos de âmbito nacional sob o tema "Um presépio para Natal", que resultaria numa grande exposição anual reunindo as obras participantes;

- Realização de Cortejos natalinos;

- Apresentação de Pastoris e Lapi-nhas; Fanfarras e bandas da Marinha, da Polícia Militar, do Exército e da Aeronáutica, além de bandas existentes nos demais municípios do estado;

- Queima de fogos;

- Encenação de peças temáticas, como O Natal na Praça, de Henri Gheón e Morte e Vida Severina (um Auto de Natal pernambucano), de João Cabral de Melo Neto, entre outras; Recitais nas praças;

- Cantochão de Natal em igrejas e conventos; Missa do Galo; Iluminação; Quermesses, etc.

Enfim, todo um conjunto de ações que ocuparia de Novembro a Janeiro todos os recantos da cidade, pois há algo na própria estação do ano que, no dizer do estadista Benjamin Franklin (1706-1790) dá encanto às festividades do Natal, quando vivemos fora e em toda parte". Porém – e há sempre um porém em tudo –, há a inveja, o egoísmo, a má vontade, a inércia e a falta de espírito público que não fazem parte do espírito natalino, mas endurecem os gestores e os que detém o poder em nossa terra. E, concluindo, recorro ao que escreveu o sempre perspicaz Otto Maria Carpeaux sobre as massas, mas que poderiam precisamente definir gestores públicos como os há aqui desde que me entendo por gente – verdadeiros sanguessugas da cultura –, "incapazes de compreender e de conservar o que foi; incapazes de conceber e de construir o quem será"

Plural

FRANÇOIS SILVESTRE

Escritor ▶ fs.alencar@uol.com.br

François Silvestre escreve
nesta coluna aos domingos

Conecte-se

O leitor pode fazer a sua denúncia
neste espaço enviando fotografias

▶ cartas@novojornal.jor.br



twitter.com/NovoJornalRN



facebook.com/novojornalrn

novojornal.jor.br



Aos da minha geração (à memória de Juan Ponce de León)

Você não é velho do olhar de dentro,/ do que mantém interno o sentir-se jovem./ Sua velhice é do olhar dos outros,/ dos espelhos que você não quebra./

As murrinhas do corpo são de todos os tempos./ Sarampo, caxumba, bexiga, rubéola, vacina./ Depois: poluição, convulsão, broxura, paixão./

Da vez de amadurecer,/ vem junto do duro a dureza./ Rinite, colite, hepatite, trombose, oração./

Do que fora osso duro/ vem torcicolo, reumatismo, comunismo, ganância, militância,/ ressaca e depressão./

Alheios olhos dos detetives da desgraça,/ a oferecer de graça os serviços de informar:/ "você tá ótimo"/

Não creia, você não tá ótimo./ Tá jovem nos seus olhos de dentro./ Esqueça os olhos de fora,/ ignore os espelhos,/ deixe que a espuma acaricie os pelos camaleões./ Furta-cores./

Encontrei dona Etevína Gato/ na Praça de Umarizal,/ "cabelos negros, dona Etevína"?/ Ela responde:/ "Pois é; na cabeça, onde só teve atropelo,/ tá tudo preto./ Lá embaixo tá tudo branco, e só foi diversão"/

A vida é assim./ Nem sempre o preto tá no branco ou o branco no preto./ Somos, na vida, os cabelos ou os pentelhos de dona Etevína./

Que tempos vivemos?/ jovens ou velhos tempos,/ a imitar a repetida velhice./ Ou tempos de repetir a mocidade,/ deixando para o relógio o tiquetaquear das horas./

Minha geração foi tudo, menos velha./ Teve caxumba, catapora, gonorréia e esperança./

Onde anda o código de cada geração,/ de que falou Paulo Francis? A de hoje deve uma promissória ao seu tempo./ E não se entende./ Falta-lhe um código./ Ou a decodificação.

E você é que é velho?/ Exiba suas rugas ante a lisura da pele dos que se negam a enrugar sua mocidade triste./ Será que é preciso a repressão para despertar o entusiasmo?/

Não. Não precisa./ Pague o preço do seu tempo,/ enfrente os demônios,/ pois toda época possui hospedeiros do inferno./

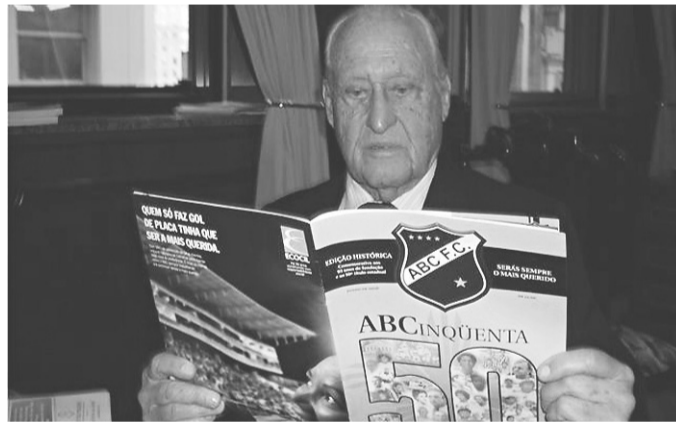
Na Bíblia, há as bestas do apocalipse./ Coisa para luta de heróis./ Não é tarefa pra nós./ Agora, são os jegues do eucalipto./

Na minuta daqui do tempo confuso,/ entre mofumbos e para-fusos,/ são três os jegues do monturo./ Velhos, fantasiados de jovens./ Imundos e pousados de limpos./

Assim enumerados,/ sem números, não se conta./ O primeiro é o jegue moralista,/ que rincha./ Do barulho, não deixa a vizinhança da liberdade dormir./

O segundo é o fundamentalista, que escolheia./ Aos gestos estúpidos da violência,/ confunde coragem com histeria./

O terceiro é o intolerante, que bufa./ Emprestado dos outros,/ nada ouve além do rincho,/ murcha as orelhas, mas falta-lhe o coice./ Vivam todas as idades/Todos os afetos/Todas as saudades! Té mais.



Uma lenda

Jean Marie Faustin Goedefroid de Havelange (foto) um dos brasileiros de ascendência belga mais famosos do mundo. Tricolor de coração jogou no Fluminense no amadorismo, foi nadador na Olimpíada de Berlim em 1936. Foi presidente da CBD hoje CBF de 1958 a 1974 nas três primeiras copas conquistadas pelo Brasil e presidiu a FIFA, Federação de Futebol Interacional Association. Hoje o presidente de honra. Aumentou de 146 para 196 o número de países da entidade e até hoje superando a ONU. Já foi recebido mais de uma vez por vários chefes de estados desde os presidentes da White House na avenida Pensilvânia : John Fitzgerald Kennedy, George

Bush, Bill Clinton indo até os países pobres africanos. Já jantou com o rei Juan Carlos em Madrid e em Londres com a rainha Elizabeth II. O conheço pessoalmente e tive a oportunidade de estar com ele várias vezes, sempre me chama de senhor Montenegro. São muitas histórias de bastidores que eu prometo contar em outra oportunidade aos leitores. As vezes que estive com ele lógico que falei no ABC, o mais querido. Ele tem várias camisas do time do povo. Coloquei ele para falar ao telefone com os abecedistas conselheiro Augusto Azevedo e Ivís Bezerra e os ex-presidentes Judas Tadeu e Leonardo Arruda. Com Leonardo ele conversou em torno de 20 minutos ou mais. Temos que ter gratidão e devo

tudo isso ao seu neto meu amigo Ricardinho Teixeira de Havelange. Ele está lendo a revista dos 50 títulos do ABC e espero que após esse sábado em breve ele possa ler a revista do campeonato invicto no seu centenário. Já fui algumas vezes assistir jogos do Brasil convidado da CBF (um dia conto, pois mereço, risos). Só adianto que trata-se de uma mordomia senatorial, imperial ou monárquica, (rs), porém paga por patrocinadores privados e já posto em contrato os convidados como todas as Confederações no mundo tem. Ele foi vítima de injúrias, mas isso não abalou seu respeito, sua reputação aqui e no mundo. Segue firme rumo aos cem anos com muita lucidez, um gentleman e quando encontramos na casa do pai de Jorginho que eu recebi aqui ano passado o Dr. Jorge Lemann (outro belga brasileiro que orgulha nossa nação pois está na revista Forbes e preside o conselho de administração da maior cervejaria do mundo Imvev, antiga Ambev que fabrica nossa Brahma), lá no condomínio de casas Jardim Pernambuco no Leblon, me sinto no primeiro mundo, mas nada se compara à nossa terra, pois lá não tem samba, sol, mulatas, futebol, e o NOVO JORNAL. Falei com ele ontem e

receberá um exemplar dessa carta. PS.: Agradeço a leitura ao juiz Carlos Adel, ao engenheiro Geraldo Melo, Carlinhos motoqueiro, senador Garibaldi Alves, Dequinha do bar Azulão. Até a próxima e um beijo na Frasqueira.

Cid Montenegro

Por e-mail

Pesca

Entra governo e sai governo ninguém resolve essa aberração que é a construção desse terminal pesqueiro. Como podem ter feito uma construção daquela, gigantesca, sem prever ligação da beira do rio com a pista, ou seja, sem acesso. Dinheiro público jogado pelo ralo. Ou melhor, jogado no rio. Rio Grande sem Sorte.

Antônio Carlos R. Caldas

Por e-mail

late

O Exército que tem praia particular e terreno imexível em Santos Reis agora está tomando de volta mais um terreno do late Clube? Imaginem se ainda estivessem no poder.

Rafael Nogueira Fontes

Por e-mail

NOVO JORNAL

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

IVC

Diretor Cassiano Arruda Câmara
Diretor Administrativo Lauro Jucá
Diretor Comercial Leandro Mendes
Diretor de Redação Carlos Magno Araújo

Telefones
(84) 3342-0369 / 3342-0358 / 3342-0380
E-mails
redacao@novojornal.jor.br / pauta@novojornal.jor.br / comercial@novojornal.jor.br / assinatura@novojornal.jor.br
Para assinar (84) 3342-0374

Endereço
Rua Frei Miguelinho, 33, Ribeira
CEP 59012-180, Natal-RN
Representante comercial
Engenho de Mídia—(81) 3466.1308



Editor

Renato Lisboa

E-mail

renatolisboa@novojournal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

TRIBUTAÇÃO EM MOMENTO DE CRISE ECONÔMICA

/ INTERVENÇÃO / ENCONTRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO REUNIU TRÊS DOS PRINCIPAIS NOMES DA ESPECIALIDADE NO PAÍS E DEBATE COMO O ESTADO PODE INTERFERIR NA ECONOMIA SEM ALASTRAR A CRISE ECONÔMICA

HENRIQUE ARRUDA
DO NOVO JORNAL

“A LEI TRIBUTÁRIA deve obedecer a toda constituição, e não somente ao capítulo tributário”, defendeu o Professor Doutor titular de Direito Tributário da USP, Luís Eduardo Schoueri, durante o seminário sobre o tema realizado na última quinta-feira na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que reuniu três dos principais nomes da área no país. As relações entre a crise econômica e a forma de cobrar impostos foram o guia do encontro.

Intitulado “Direito Tributário Atual”, o encontro trouxe, além de Schoueri, os Professores Doutores de direito Tributário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Sérgio André Rocha, e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fernando Zilveti, proporcionaram uma verdadeira aula colaborativa para universitários da UFRN e outras instituições, que lotaram o auditório do Programa de Pós-Graduação em Direito da universidade.

Schoueri, que pediu tempo extra ao professor adjunto da UFRN e organizador do seminário, André Elali, defendeu ainda, de modo bastante informal, os conceitos de que “nenhum tributo é neutro”, e de que “toda lei tributária influencia no comportamento da sociedade”, brincando ainda com o conceito “Homo Economicus”, ou seja, modelo teórico do homem molda o seu comportamento de acordo com a sua motivação econômica.

Com o foco nas mudanças da tributação internacional contemporânea, o professor Sérgio André Rocha iniciou seu trecho do seminário, lembrando que o Imposto de Renda brasileiro possui menos de um século, já que foi criado em 1923, e mencionando ainda que os primeiros tratados a fim de evitar a dupla tributação da renda surgiram na Europa, tendo como a primeira fase, o período anterior à primeira guerra mundial.

“Logo se notou o fato de que você ter dois países cobrando imposto de renda sobre o mesmo serviço era um desestímulo à própria atividade econômica, e então começaram a pensar em instrumentos nesse tipo, e foi assim que, no final do século XIX, foi celebrado o tratado entre a Prússia e o Império Austro-Húngaro, considerado um dos primeiros do tipo”, menciona.

Encerrando o ciclo de discussões, o Professor Doutor de Direito Tributário na FGV, Fernando Zilveti, estabeleceu um parâmetro entre despesa pública, tributação e principalmente os problemas federativos, traçando um paralelo entre as situações econômicas da Alemanha, por exemplo, e do Brasil, quando a estrutura do sistema tributário foi montada nos dois países, e a relação destes cenários com a capacidade de gestão das cidades, estados e da própria federação.

“Na Alemanha você teve duas guerras, destruição...e no Brasil, durante o século passado, quando também houve essa construção do sistema tributário você não tinha nada, era uma bagunça, até que veio o golpe em 1968 e então foi estabelecido um



FOTOS: FÁBIO CORTEZ / NU

► Alguns dos temas mais importantes do Direito Tributário da atualidade foram discutidos no evento que atraiu o interesse do público acadêmico

sistema tributário como esse, positivista e cheio de regras, no qual se pensou em construir um sistema coerente e capaz de contribuir com as despesas públicas, mas isso não aconteceu, gerando um grande problema entre os estados e distorções públicas econômicas de despesa pública, que forçou uma revisão do sistema tributário. O grande desafio agora é consertar tudo isso”, falou ao NOVO JORNAL, pouco antes de entrar no auditório.

De acordo com o advogado e também professor adjunto da UFRN, André Elali, a realização do seminário se dá em um momento muito oportuno para o florescimento das discussões sobre o direito tributário em âmbito acadêmico.

“O objetivo hoje aqui é aproveitar esse momento de discussão da tributação em um período de crise fiscal do estado brasileiro, a fim de tentar reaproximar a tributação das despesas públicas, e em como o estado deve interferir no mercado para que a crise brasileira não se alastre”, avalia o professor, defendendo uma reforma política para o país.

“A federação passa por uma necessidade de reforma política porque ela hoje em dia é muito pesada e o PIB não aguenta”, sintetiza, apontando como um dos principais problemas a ineficiência do gasto público, com a manutenção de 5.600 municípios que dependem de transferências intergovernamentais (fundos de participação e de convênios), além da guerra fiscal através da disputa por investimentos privados pelos Estados, com políticas unilaterais que contrariam o interesse nacional (unidade e soberania), e também a falta de harmonização no bloco econômico Mercosul.

“Aprofundamos essas questões em sala de aula mostrando as metodologias que o direito tributário pode utilizar para que se possa controlar as políticas públicas, e aplicá-las de forma adequada com a legislação tributária, de modo que não gere maiores incoerências no sistema econômico”, finaliza o professor.



► André Elali citou as metodologias que o direito tributário pode utilizar para aprofundar as políticas públicas



► Fernando Zilveti, estabeleceu um parâmetro entre despesa pública, tributação e problemas federativos



► Luís Eduardo Schoueri falou sobre a influências das leis tributárias em todo o comportamento da sociedade



► “Dois países cobrando imposto de renda sobre o mesmo serviço é desestímulo”, observou Sérgio Rocha

ALUNOS APROVAM INICIATIVA

Johnny Ricardo, 25, estudante do 4º período do curso de Direito da Universidade Potiguar (UnP), procurou participar do seminário justamente para tentar esclarecer alguns pontos sobre a matéria com a qual ele ainda não tem muita afinidade.

“O direito tributário é uma área que eu ainda não conheço tanto, e pela importância dos palestrantes eu resolvi assistir”, comentou o estudante ainda no início do seminário, destacando até aquele momento “a questão regressiva do imposto de renda”, apresentada pelo Professor Doutor Luís Eduardo Schoueri.

A estudante do oitavo período do curso de Direito na UFRN, Geórgia Diógenes, 20, também destaca a palestra do professor Schoueri, em especial o momento em que foi posto para debate o tema “Tributação de Grandes Fortunas”.

“Ele me apresentou um ponto sobre o qual eu ainda não havia pensado antes e pretendo estudar mais para frente. Disse que não haveria meios de aferir a quantidade de fortuna de cada pessoa, pois a tributação de grandes fortunas incidiria nos bônus que permanecem com o dinheiro parado, e as pessoas que investiam não seriam tributadas. Essas pessoas são justamente as que têm mais renda para tributar”, explica.

Já sobre a discussão, ela defende que a área é extremamente importante, muito embora esteja bem distante da população. “As pessoas tendem a menosprezar por entender que é uma área muito capitalista, mas a gente precisa trabalhar com a interdisciplinaridade. É uma parte de direito muito ligada à economia, e que na cidade não trabalhamos tanto, acho que quem se preocupa mais com isso é quem tem mais dinheiro”, resume.

Gabriel Fernandes, 22, também estudante do oitavo período do curso de Direito na UFRN, sintetizou as três palestras: “De modo geral, o tema que terminou sendo um pouco das três palestras foi relacionar o direito tributário com a economia, você saber como nossa constituição permitiu que o direito tributário atuasse, e a partir disso vem a livre concorrência do mercado, da economia fundada no trabalho... com o direito tributário ali, tentando fazer com que essa ordem econômica se substancialize”, afirma, traçando um paralelo das ações com o próprio estado.

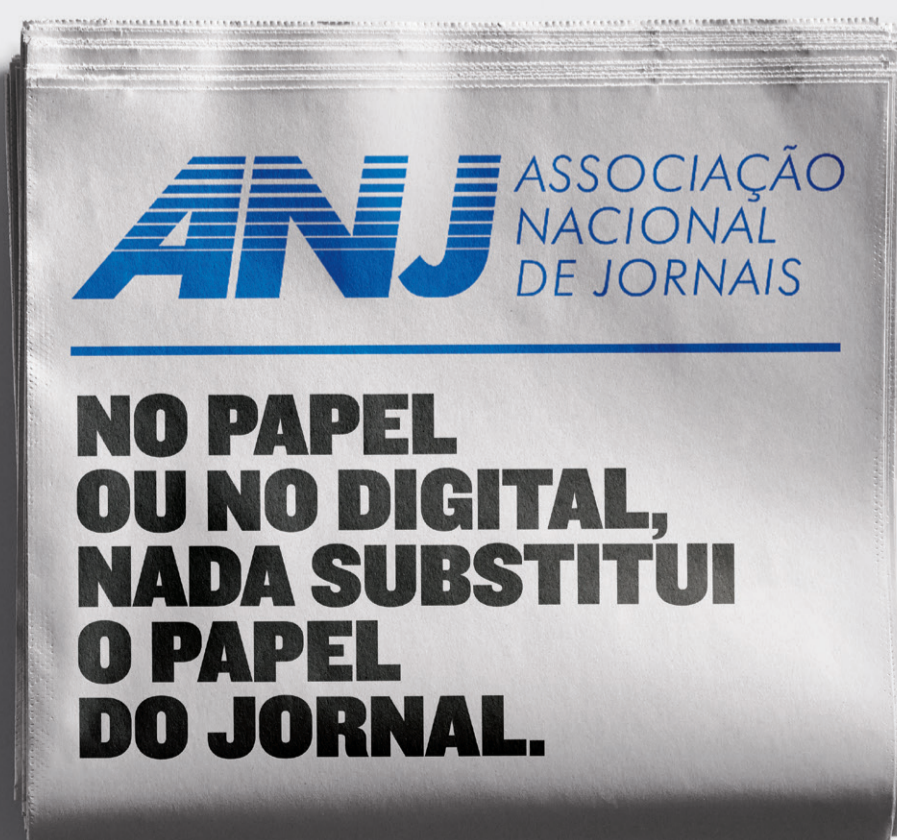
“No aspecto prático já vemos isso com mais frequência, por exemplo, quando o governador retirou agora recentemente o ICMS do querosene de aviação, e isso já repercutiu no mecanismo tributário que terminou repercutindo agora no setor econômico, gerando voos diretos, por exemplo, entre Natal e Buenos Aires”, ilustra, tecendo ainda mais um elogio ao seminário.

“O que esses professores acabam trazendo aqui, é a ideia também de que você seja mais mente aberta, não só para as outras áreas de direito, porque o direito regula produtos, e conhecendo a conduta como se dá no mundo real, você termina regulando de forma melhor. Direito tributário é entrar no patrimônio das pessoas, e por isso é algo tão importante”, conclui.

QUEM VAI COMBATER O ESTADO ISLÂMICO?

*Os jornais,
o Facebook
ou o Google?*

*3 de Maio.
Dia Mundial da
Liberdade de Imprensa.*





Editor

Moura Neto

E-mail

mouraneto@novojornal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350



► Movimento de Integração e Orientação Social, mantido por meio de convênios com o Governo do Estado, foi extinto em 2011: na época, trabalhavam na entidade cerca de dois mil funcionários

MEIOS ENTRE DÍVIDAS E DÚVIDAS

/ GESTÃO / QUATRO ANOS DEPOIS DE SER EXTINTA PELO GOVERNO ROSALBA CIARLINI, A ONG MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO E ORIENTAÇÃO SOCIAL CONTINUA SENDO ALVO NA JUSTIÇA COM AÇÕES TRABALHISTAS QUE SOMAM ATÉ R\$ 1,5 MILHÃO

SÍLVIO ANDRADE
DO NOVO JORNAL

QUATRO ANOS DEPOIS de ser extinta, a ONG Meios (Movimento de Integração e Orientação Social), mantida por meio de convênios com o Governo do Estado, continua alvo de cerca de 2 mil ações na Justiça do Trabalho que, somadas, giram em torno de R\$ 1,5 milhão.

Os ex-empregados demitidos sumariamente em 2011, sem direitos como FGTS e seguro-desemprego, entraram na justiça e muitas ações já tramitam no Tribunal Superior do Trabalho (TST) porque o Governo do Estado tem recorrido às instâncias superiores para não pagar verbas indenizatórias.

Advogados que representam ex-empregados afirmam que o Governo do Estado se nega a pagar dívidas de processos não transitados em julgados no TST. Hoje um problema judicial trabalhista para o Estado, o Meios foi extinto

em 2011 pela então governadora Rosalba Ciarlini.

A extinção gerou uma série de ações nas varas do Trabalho em Natal, Mossoró, Assu, Pau dos Ferros, Caicó, Currais Novos, Goianinha e São José de Mipibu e a principal reclamação era cobrança do FGTS, seguro-desemprego e indenizações trabalhistas.

Hoje, há três situações dos ex-empregados do Meios na Justiça. A dos reclamantes, que não tiveram a condenação do Estado subsidiariamente; a situação em que o Estado foi condenado subsidiariamente a pagar até 20 salários mínimos (15.760,00), que vai para o RBV (Requisição de Pequeno Valor), na qual os advogados entendem ser um caso consolidado, apesar de o Estado, na fase de execução, ter entrado com agravo de petição, com recursos protelatórios para tentar via judicial adiar os pagamentos.

A terceira situação é aquela em que o Estado foi condena-

do subsidiariamente a reconhecer as dívidas trabalhistas e pagar, mas as verbas são superiores a 20 salários mínimos, então, configurando-se como precatórios, o que significa prazos demorados para o pagamento.

O grupo no qual o Estado foi condenado subsidiariamente a fazer o pagamento (até 20 salários) deve receber até o final do ano. Um grave problema apontado pelo advogado Kennedy Diógenes é que, mesmo nos processos transitados e julgados, o Estado se nega a pagar direitos.

"Hoje o Estado protela, proposadamente e dolosamente, o cumprimento das decisões já transitadas e julgadas", enfatiza Kennedy Diógenes, que representa cerca de trinta ações de ex-empregados do Meios contra o Estado do Rio Grande do Norte.

O governo passado colocou os empregados na rua sem pagar rescisões contratuais, deixando-os com uma mão na frente e outra atrás e a atual administração estadual continua com as mesmas agressões aos direitos dos trabalhadores, critica Kennedy Diógenes.

As verbas que o Estado se recusa a pagar são, principalmente, salários, ou seja, de natureza alimentar e essenciais para a sobrevivência dos ex-empregados, pondera o advogado, reivindicando o direito de seus representados. De acordo com ele, as pessoas trabalharam e não receberam sequer o salário e isso as leva ao sentimento de revolta.



► Kennedy Diógenes, advogado: "Estado protela cumprimento das decisões"

FOTOS: ARGEMIRO LIMA / NU

CONTINUA
NA PÁGINA 10 ►

É HORA DE COMPRAR. VEM PRA CÁ!

01 A 15 DE MAIO • NATAL SHOPPING



ALTO PADRÃO
COM PREÇO
BEM BAIXINHO

1 ANO
DE PARCELAS
FIXAS**

O M² MAIS
VANTAJOSO DE
PONTA NEGRA

MANHATTAN
RESIDENCE

PALAZZO
CRISTAL

SPAZIO
PRIVILEGE PONTA NEGRA



CAPIM MACIO
"PRONTO" POR
PREÇO DE
"NA PLANTA"

OBRA
AVANÇADA
+ PREÇO HONESTO
= GREEN LIFE

INCOMPARÁVEL
NO PREÇO E
NA QUALIDADE

LANÇAMENTO
EM FRENTE
A PROMATER

Saint Charbel
CAPIM MACIO

GREENLIFE
Mor Gouveia

SERRA DE
MARTINS

STADIO

IMOBILIÁRIA
CAIO FERNANDES
4008.0001
9111.5001

COENGEN
CONSTRUTORA & EMPREENDIMENTOS

CONSTEL

Aldann
CONSTRUTORA

SDantas
CONSTRUTORA

Construtora Hema
"De mais trabalho vem o melhor"

As cores, perspectivas, fotos e demais imagens desta peça publicitária têm caráter meramente ilustrativo. Os móveis e acessórios ilustrados aqui não são partes integrantes do contrato, nem dos apartamentos à venda neste evento. Os móveis e equipamentos que compõem as áreas comuns encontram-se listados em memorial descritivo específico. Incorporação imobiliária registrada sob os nº R5-58.428, 14/04/2015, do livro 2 de registro geral da 2ª CRI de Natal (RN) - 6º Ofício de Notas (Residencial Grand Stadio); R-16-22.026, 02/01/2013, do 7º Cartório Ofício de Notas da cidade de Natal/RN (Spazio Privilege Ponta Negra); R-4-58.779, Livro 02, 06/11/2013 (Mirante Serra de Martins); Registro de Incorporação: R-3 59058 - 6a Ofício de Notas - Natal/RN, em 22/02/2013 (Green Life Mor Gouveia); R-2-35.603, da 1ª Comarca de Natal/RN, 3º Ofício, em 30/12/2013 (Palazzo Cristal); R-25.828, 1º Ofício de Notas, Natal/RN (Manhattan Residence); R-6 35.005, da 3ª CRI, no 7º Ofício de Notas, Natal/RN, expedido em 23/05/2011 (Saint Charbel). Coordenação de vendas: Imobiliária Caio Fernandes, CRECI 1191-J | 17ª Região.

** Oferta válida somente para o empreendimento Palazzo Cristal. Tabela de preços com condições especiais de pagamento na Construtora Hema ou na Imobiliária Caio Fernandes. Entrada mínima de 10% + 1 ano de parcelas fixas sem correção. Promoção válida até 30 de junho de 2015.

CONTINUAÇÃO
DA PÁGINA 9 ▶

ESTADO É RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIO, DIZ ADVOGADO

As ações dos ex-empregados estão espalhadas nas onze varas do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal. O valor total reclamado, se a Justiça desse ganho de causa a todos eles, seria entre R\$ 1,3 milhão e R\$ 1,5 milhão de dívidas trabalhistas, segundo o próprio TRT.

O advogado Sanderson Mafra, do mesmo escritório de Kennedy Diógenes, explica que, na maioria dos processos, o Estado é responsável subsidiário, ou seja, é o obrigado a pagar as dívidas trabalhistas geradas pelo Meios.

Os credores que vão receber por RPV estão limitados ao valor de até vinte salários mínimos (R\$ 15.760,00). Para essas situações, o Estado firmou um termo de compromisso recentemente para pagar R\$ 150 mil todo mês, explica Sanderson Mafra.

A primeira parcela foi repassada em março e a segunda deverá ser feita no final de abril. Quem tem ações e ganhou na Justiça até esse valor, deve receber mais rápido as indenizações. O problema é quem ganhou as ações na Justiça valores acima dos 20 mínimos. Neste caso, vão receber como precatório e é sabido que, desde 2010, o Estado não paga precatórios, adverte Sanderson Mafra.

Os repasses gerais do Estado, via setor de precatórios do Tribunal de Justiça para a Justiça do Tra-

balho, não são suficientes para pagar as ações de precatórios. Este ano, exemplifica Sanderson Mafra, até agora foram repassados R\$ 800 mil para precatórios e a dívida (global do Estado) é de R\$ 50 milhões no TRT.

A estimativa para 2015 é que o serviço de precatórios receba em média R\$ 400 mil por mês, o que leva a crer que a conta não vai fechar nunca, denuncia o advogado. Segundo ele, esse valor sequer é suficiente para pagar os preferenciais, como são chamados os idosos, doentes terminais e outros casos especiais, que estão na fila de pagamento dos precatórios.

Os ex-empregados do Meios que ganharam ações que lhes permitem entrar na fila dos precatórios não têm perspectivas de receber seus direitos tão cedo, diferente dos que estão na faixa do RPV, cujas ações já transitaram em julgado nas quais não cabe mais ao Estado recursos. Estes devem receber até o final do ano.

“Não deve demorar tanto”, ressalta Kennedy Diógenes, baseado no fato de que, a partir da expedição das RPVs, os representantes têm até 60 dias para receber seus direitos. A legislação trabalhista diz assim, mas o Estado do Rio Grande do Norte a despreza porque não tem dinheiro suficiente para cumprir com os precatórios, ressaltam os advogados.



▶ Poucos móveis, eletrodomésticos e pastas de documentos espalhados pelo chão do prédio onde funcionou o Meios

O escritório dos dois advogados representa entre 20 e 30 ex-empregados do Meios em várias reclamações diferentes, que somam mais de 100 ações. “O Estado vem apresentando recursos (ao TST), na minha visão, protelatórios, apenas com o intuito de postergar o cumprimento dessas decisões, inclusive, rediscutindo questões que já foram objeto de apreciação judicial”, critica Sanderson Mafra.

A responsabilidade do Estado quanto aos créditos devidos aos ex-empregados é uma das decisões julgadas. “Isso já foi discutido e o Estado muitas vezes renova, repete a discussão na fase de pagamento, quando não é mais cabível. Isso tem provocado muitos atrasos e dificulta que o processo chegue na fase de pagamento em si, no sessão de precatórios do Tribunal”, lamentam Kennedy Diógenes.

As protelações, ressalta ele, são uma falta de sensibilidade por não reconhecer que os trabalhadores prestaram serviços para o Estado indiretamente através do Meios.

Estado e Meios não fizeram absolutamente nada para honrar esses compromissos, pondera Kennedy Diógenes. “Indiretamente, eles prestavam serviços para o Estado e o Meios sempre sobreviveu de subsídios públicos, de verba pública através de convênios que vêm desde a década de 1990”, atesta.

O Meios foi criado com o intuito de prestar serviços ao Estado. Antes, era mantido com verbas federais e a partir da década de 1990 passou a ser mantido com verbas estaduais, relembra Kennedy Diógenes. Segundo ele, todos os reclamantes (clientes) de seu escritório tinham vínculos com a área da saúde e estavam lotados em hospitais, em creches, enfim, em órgãos que prestavam serviço relevante ao Estado. Alguns deles constavam da folha de pagamento do próprio Estado. Em alguns casos, o contrato não era nem emitido pelo Meios, explica Sanderson Mafra.

O mérito da discussão não é se os empregados eram servidores do Estado ou não. “O que se discute é a responsabilidade do Estado de pagar essas verbas trabalhistas”, adverte Mafra. Mais importante para os advogados é que na maioria dos processos o Estado já foi condenado.

Para os casos de reclamantes com processos transitados e julgados superiores a R\$ 15.760,00 e que vão para a lista de precatórios, no caso do valor a receber ficar em torno de R\$ 17 mil, por exemplo, os advogados sugerem a renúncia desse valor. Dessa forma, ficariam no patamar das RPVs e, assim, receberiam mais rapidamente as indenizações trabalhistas.

Quem for para a lista de precatórios vai entrar na lista de espera e pode demorar a receber. A estimativa é o TRT este ano receber R\$ 400 mil mês do Estado para pagar precatórios, o que daria R\$ 4,8 milhões ao ano. Porém, a dívida de precatórios do Estado com o TRT para esses casos é de R\$ 50 milhões. Ou seja, R\$ 4,8 milhões não são suficientes para pagar a correção e os juros que incidem sobre o valor principal dos precatórios em geral. Se continuar nesse ritmo, o Estado não pagar a conta nunca, analisam os advogados.



▶ Sanderson Mafra, advogado: “Desfecho não deve demorar tanto”

UM PRÉDIO DE FANTASMAS

O prédio onde funcionou o Meios, na esquina na Avenida Prudente de Moraes com a Rua Apodi, no bairro Tirol, está fechado. Dentro, somente os fantasmas do que a ONG foi um dia, além de poucos móveis, eletrodomésticos e algumas pastas de documentos espalhados pelo chão.

Na sala da presidência, onde primeiras-damas do Estado davam expediente e, segundo reza a lenda, faziam tráfico de influência para acomodar correligionários de seus maridos governadores com empregos criados às suas conveniências, somente quadros com fotografias destas.

Mofo e abandono habitam o prédio do Meios, que a partir do dia 26 de março de 2011 passou a ser auditado quando a governadora do Estado, Rosalba Ciarlini, determinou sua intervenção através de decreto.

O administrador e interventor Marcos Lael Alexandre anunciou, naquela época, a demissão dos cerca dos 2 mil empregados. A governadora foi quem ordenou a não renovação do convênio de R\$ 22 milhões entre o Governo do Estado e o Meios.

Marcos Lael Alexandre era vice-presidente do Conselho Federal de Administração na época em que foi auditor do Meios e tinha uma dívida de R\$ 9 milhões relativa a rescisões trabalhistas



▶ Na sala da presidência, quadros dos ex-gestores da entidade

naquele período. No relatório final, ele chegou à conclusão que o melhor seria o fechamento da ONG, o que foi feito.

Entre as constatações do interventor e auditor Marcos Lael, em outubro de 2011, estava a dívida de R\$ 3 milhões do Governo do Estado com o Meios, relativos a um convênio assinado em 2010.

O Governo do Estado tinha, em 2010, um contrato com o Meios no valor de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 18 milhões com a Sethas e R\$ 2 milhões com o Gabinete Civil, segundo disse ao NOVO JORNAL, na época, o interventor Marcos Lael. A Sethas tinha repassado à época, R\$ 15 milhões e o Meios estava cobrando os R\$

3.086.000,00 restantes.

Marcos Lael Alexandre encontrou o Meios com um quadro de 1.843 funcionários. Demitiu 1.813 para pagar o passivo trabalhista de R\$ 13 milhões. Ficaram 30 funcionários para ajudá-lo na auditoria.

Além das demissões, o interventor desativou 17 programas que davam assistência a 17 mil pessoas em creches, ações com idosos, qualificação de adolescentes como o Menor Aprendiz e a Casa Brasil. Pelo menos 1.600 pessoas contratadas pela ONG em mais de três décadas de fundação trabalhavam em 24 municípios do Estado onde havia programas como o dos restaurantes populares.

ESTADO RECORRE DAS DECISÕES

No Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região, as informações são de que há muitos processos relativos a reclamações de ex-empregados do Meios em fase de agravo de instrumento, ou seja, o Estado entrou com recursos e aguarda novo julgamento.

Em muitos casos, de acordo com a assessoria de comunicação, o Estado tem obtido êxito nesses agravos sob alegação, aceita pelo Tribunal Superior do Trabalho, de que o Meios era

uma entidade filantrópica. Os seja, há ações em que os trabalhadores estão perdendo a causa.

Aqueles demandantes que levaram o caso ao Superior Tribunal de Justiça e ganharam, entraram para a lista de precatórios. Apesar disso, todos já receberam o FGTS, mas faltam ainda verbas rescisórias. Há uma dificuldade de quantificar e saber a situação dos processos porque eles estão espalhados pelas onze varas trabalhistas do TRT no Estado.



▶ João Batista de Santana, ex-cerimonialista do Meios: Estado não quer reconhecer direitos

O DRAMA DOS EX-EMPREGADOS

O cerimonialista João Batista de Santana, 37, já teve seu processo julgado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que devolveu a ação para a vara de origem em Natal para execução. Segundo ele, o problema é que o estado entrou com um agravo de instrumento especial, um recurso para adiar a decisão superior.

“O Estado entra com recursos protelatórios. Todos os despachos dão ganho de causa aos trabalhadores e eles (Estado) entram com agravos, recursos para não cumprir a decisão judicial”, lamenta o ex-empregado do Meios, que teve seu processo julgado pelo vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra.

João Batista de Santana, que hoje trabalha no cerimonial da Câmara Municipal de Natal, entrou no Meios em 2004 e tinha seis anos na ONG quando foi demitido junto com a maioria dos empregados. Seu trabalho era no cerimonial e eventos e hoje cobra na justiça seus direitos trabalhistas e previdenciários que, segundo ele, o Estado não quer reconhecer.

Galeria das ex-presidentes



Wilma de Faria
1978-1981



Anita Catalão Maia
1982-1984
1991-1994



Alda Pereira
1984-1985



Edinólia Melo
1986-1990



Denise Pereira Alves
1995-1998
1999-2002



Eliane Magda Souza Freire
2002

Origem

O Meios foi criado dentro da casa do então governador Lavoisier Maia, em 25 de julho de 1978, por um grupo de 30 senhoras da sociedade. Entre as sócias fundadoras estava a primeira-dama Wilma Maia, primeira presidente da ONG. Ela foi uma das que assinou o documento de criação do Meios, junto com a primeira-dama do município, Anita Catalão Maia, mulher do prefeito José Agripino Maia, hoje senador.

A intenção do Meios como instituição sem fins lucrativos era executar ações de assistência social com programas de proteção, promoção e inclusão para pessoas carentes. Logo que foi criada, a coordenação ficou por conta da Legião Brasileira de Assistência (LBA), um braço do Programa Nacional de Voluntariado (Pronav). O principal parceiro, a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sethas) do Governo do Estado.

ACESSOS INACESSÍVEIS

/ MOBILIDADE / IMPASSE NOS PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO RETARDA OBRAS DAS ESTRADAS QUE LEVAM AO NOVO AEROPORTO; PREVISÃO DO DER É QUE AS VIAS SERÃO CONCLUÍDAS EM DEZEMBRO DO PRÓXIMO ANO

FOTOS: NEY DOUGLAS / NJ

ADALBERTO BARROS
DO NOVO JORNAL

A COPA DO Mundo já terminou, o Aeroporto Aluizio Alves está prestes a completar um ano de operação e um novo governo assumiu o Rio Grande do Norte, mas as obras de interligação das rodovias BR 406 (Ceará-Mirim) e BR 304 (Macaíba) ao terminal aéreo ainda estão longe de serem concluídas. A nova previsão de entrega é para dezembro do próximo ano, segundo o Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DER).

Segundo o novo diretor da autarquia estadual, o general reformado do Exército Jorge Ernesto Pinto Fraxe, as obras estão paralisadas em razão de problemas relacionados com a desapropriação de áreas atingidas pelas vias. "São mais de 100 propriedades atingidas. Os processos de desapropriação devem ser abertos a partir da próxima semana", calcula.

As obras foram orçadas inicialmente em R\$ 72.198.549,57, mas devem sofrer reajustes. Ele estima que ao valor inicial sejam somados outros R\$ 10 milhões. "Tudo por conta dos processos de desapropriação", frisa.

A construção dos dois acessos está paralisada desde setembro do ano passado. Hoje, quem passa pela BR 406, entre Natal e Ceará-Mirim, não encontra qualquer sinal de operários ou máquinas. Este trecho tem o nome de acesso norte. "Os operários devem voltar ao serviço na próxima semana. A primeira etapa é a retomada da construção do viaduto sobre a rodovia BR 406", explica.

Outra razão para o atraso foi uma dívida de R\$ 3,5 milhões do governo com a empresa responsável pela construção, a EIT, por conta de serviços não pagos. "Este valor foi negociado esta semana. Fechamos um acordo e as obras devem ser retomadas com força total", detalha. O diretor Ernesto Fraxe conta que foi quitado R\$ 1,5 milhão e o valor restante repactuado até o fim do ano.

O acesso norte do novo aeroporto tem 90% do asfalto concluído, mas falta ainda o serviço de duplicação da BR-406 a partir do bairro do Parque dos Coqueiros, na Zona Norte, até Ceará-Mirim, e a construção do viaduto sobre a rodovia. A expectativa do DER é de que as obras deste equipamento viário sejam finalizadas até dezembro.

Atualmente, o viaduto tem à mostra os pilares de sustentação. O terreno também apresenta erosão. Podem ser vistos aluviões formados pelas chuvas que banharam o local nos últimos dias. A partir da próxima semana será iniciada a instalação das vigas protendidas - peças de concreto recheadas com vergalhões metálicos.

A duplicação da BR 406 tem alguns trechos concluídos. O maior trecho fica nas proximidades do viaduto. A via está asfaltada, mas não foi aplicada qualquer sinalização. As marginais estão cobertas por mato. Neste espaço, segundo Ernesto Fraxe, serão 10 propriedades parcialmente desapropriadas para o término dos serviços.



► Acesso sul faz a ligação entre Macaíba e o aeroporto através da rodovia BR-304: fechada por uma cerca de arame, a via está tomada por mato e erosão



► Acesso norte faz a ligação da BR-406 e o novo aeroporto: expectativa de que as obras do viaduto sejam retomadas nesta semana e finalizadas até dezembro



► Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante: operando há 11 meses



► Jorge Ernesto Pinto Fraxe, diretor do DER: negociando valores

ACESSO SUL É AINDA MAIS PRECÁRIO

A situação mais precária dos acessos ao aeroporto são as obras do acesso sul. As vias fazem a ligação entre Macaíba e o aeroporto através da rodovia BR-304. Um pedaço da estrutura recebeu trabalhos de terraplanagem, paralisados em agosto do ano passado, mas hoje aparenta ser uma grande pista de rali. O carro da reportagem do NOVO JORNAL quase ficou preso num banco de lama.

Hoje, parte da via está fechada por uma cerca de arame. A via está tomada por mato e diversos pontos de erosão podem ser vistos ao longo do caminho. Ao passar pela BR-304, a reportagem não encontrou qualquer entrada de acesso

para a ligação com o aeroporto.

Segundo o diretor do DER, as obras só podem ser reiniciadas com o término das desapropriações. A previsão é de que os processos sejam finalizados até o fim do ano.

O trecho viário corta 100 propriedades. Para agilizar a questão judicial, a autarquia vai criar um grupo de trabalho. Esta equipe vai ficar responsável apenas pelos processos de desapropriação. "Uma falha da gestão anterior foi o de não iniciar a desapropriação. A obra é bem simples e não deveria tomar tanto tempo", diz ele, lembrando que os serviços foram iniciados em 2013.

PROCESSO DE FINANCIAMENTO ESTÁ SENDO ANALISADO

Segundo Ernesto Fraxe, um ofício foi enviado à Caixa Econômica Federal (CEF) para analisar possíveis falhas documentais no processo de financiamento da obra. "Eu pedi uma listagem à Caixa para verificar se está tudo correto", diz.

Isso se explica porque a EIT Engenharia, até o fim do ano passado, não entregou toda a documentação necessária à Caixa. O banco só libera recursos com a documentação completa do governo e da empreiteira. Segundo o DER, já foram pagos 45% de todos os serviços.

R\$ 72,1 milhões

É o valor inicial das obras de acesso ao aeroporto Aluizio Alves

TRAJETOS DAS DUAS VIAS SOMAM APENAS 25 QUILOMETROS

O início das obras de acesso ao Aeroporto Aluizio Alves aconteceu no dia 6 de agosto de 2013. À época, a construção do terminal aéreo havia finalizado os serviços de fundação e de instalação de estruturas metálicas. No início das operações de voo, em maio do ano passado, apenas um trecho viário do acesso norte fora entregue.

As duas obras de acesso somam 25 quilômetros. Hoje, pouco mais de 50% foi entregue. Do valor financeiro inicial, R\$ 72 milhões, já foram pagos à empresa EIT algo em torno de R\$ 30 milhões. O serviço está incluído no PAC da Copa via Caixa Econômica Federal e Proinveste (Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal) do Banco do Brasil com financiamento da Caixa Econômica Federal.

Os atrasos para o término das obras começaram ainda em 2013, com a desistência da então empresa responsável pelo serviço, a Queiroz Galvão, que exigia reajustes no pagamento. Depois disso, em janeiro do ano passado, o trajeto no acesso sul sofreu mudanças por contas de demandas ambientais - um desvio foi feito para não impactar uma área de proteção ambiental nas proximidades do aeroporto.

Ao assumir a gestão do DER, há 50 dias, o novo diretor da autarquia acabou se deparando com a falta dos processos de desapropriação, o que deve fazer com que as obras sejam finalizadas somente em 2016.

SINALIZAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA PRUDENTE DE MORAIS

O diretor do DER, Ernesto Fraxe, também confirmou para a próxima semana o início dos serviços de sinalização da duplicação da Avenida Prudente de Moraes, na zona sul de Natal. A sinalização viária estava prevista para ser feita ainda em outubro do ano passado. Também será feita a instalação de iluminação em todo o trecho.

A via duplicada faz a ligação da Avenida Prudente de Moraes com a rodovia BR-101 e vai desafogar o trânsito entre Natal e Parnamirim. A obra se arrasta desde 2007, com valor estimado em R\$ 70 milhões.

Segundo o DER, a obra do viaduto ligando as avenidas Caiapós e Tamanduaté, em Cidade Satélite, será iniciada no segundo semestre deste ano. A expectativa é de que a estrutura seja entregue em 2016.

R\$ 10 milhões

É o valor estimado para os processos de desapropriação de 100 propriedades

ESDRAS MARCHEZAN
DO COLETIVO REPÓRTER DE RUA

É QUANDO A seca aperta, que ela mostra seu valor. Acostumada por natureza a sobreviver seja qual for o tipo de terreno, a carnaúba - palmeira nativa do semiárido nordestino - tem dado ao sertanejo um meio de vida seguro nos meses em que a chuva vai embora. O pó e a cera oriundos da planta movimentam a balança comercial brasileira e viajam o mundo até chegar a lugares como Japão, Estados Unidos e países da Europa, compradores de mais de 80% do que é exportado.

No ano passado, foram 16.128 mil toneladas de ceras vegetais exportadas pelo Brasil. Sem falar no pó da carnaúba que, em 2013, teve uma produção de 20.361 mil toneladas. Tudo isso para indústrias como a farmacêutica, alimentícia e de cosméticos.

Enquanto a indústria comemora os lucros com a exploração da planta, na ponta onde tudo começa, trabalhadores continuam enfrentando baixos salários, falta de garantias trabalhistas e condições insalubres de trabalho. Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aponta que o extrativismo da carnaúba envolve mais de 200 mil pessoas em atividades diretas e indiretas, em períodos de safra, no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão, estados que controlam este tipo de cultura.

"A concentração de renda é o maior problema social do extrativismo da carnaúba", explica o pesquisador Oscar Aruda Dalva, no livro "O Extrativismo da Carnaúba no Ceará". Segundo ele, as condições não são favoráveis. "A remuneração de trabalhadores e pequenos produtores não é suficiente para garantir um padrão mínimo de qualidade. A região de produção possui uma estrutura fundiária concentrada que contribui para a estruturação do extrativismo da carnaúba em bases desiguais, o que implica na generalização do sistema de produção por arrendamentos, realizados por rendeiros sem-terra e pequenos produtores", explica.

Na região do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, a cultura carnaubeira é forte, embora nas duas últimas décadas carnaubais inteiros tenham sido derrubados para dar espaço a projetos de fruticultura ou carcinicultura de grandes empresas.

No período entre julho e dezembro, é comum encontrar caminhões velhos e sujos, carregados de homens com destino aos carnaubais. São grupos de 20 a 30 trabalhadores que passam até 15 dias embrenhados no mato, em jornadas de trabalho que ultrapassam 10 horas.

De longe, uma floresta se avista, com carnaúbas que podem chegar a 20 metros de altura. A resistência da árvore é tanta que ela possui uma vida produtiva estimada em 200 anos. Em alguns lugares, chamam-na de "árvore da vida", tão grande é o aproveitamento de suas partes.

Nas casas espalhadas nos sítios, a prova: caibros e ripas feitos do tronco da planta sustentam estruturas centenárias. Das palhas, tira-se a cera e o pó. Os frutos servem de alimento. O bagaço da palha, de adubo para os animais. As fibras que permanecem preservadas são usadas no artesanato. Há quem descubra outras utilidades também, como fez a Petrobras, substituindo a proteção dos seus dutos externos de gás - que era de alumínio - por esteiras de carnaúba, feitas com a fibra trançada e impermeabilizada.

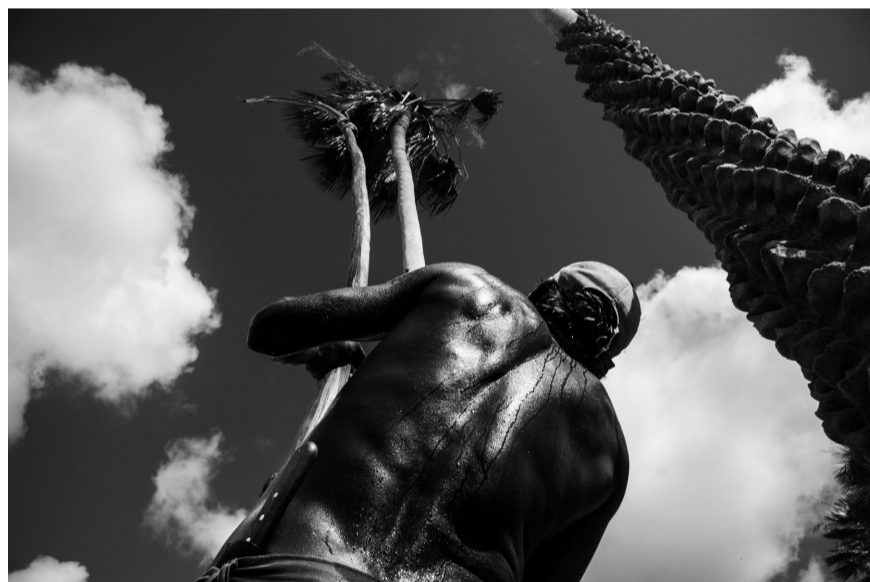
"É muita coisa que se faz com a carnaúba que a gente nem imagina", comenta o autônomo Geraldo Barnabé. Ele é um dos rendeiros que atuam no Vale. Sua função é negociar com donos de terras o direito de explorar o extrativismo da carnaúba e contratar gente para o serviço pesado. Dependendo da área a ser explorada, Geraldo chega a pagar R\$ 20 mil ao dono. "Aí a gente vai esperando tirar esse dinheiro com a produção do carnaubal, com a quantidade de pó e cera que ele vai dar", disse. Seu material já tem venda certa. "Sempre vendo a um trapaz de Russas", no Ceará, que lida diretamente com as usinas. O Ceará possui o maior número de usinas exportadoras do pó cerífero.

CARNAÚBA ESQUECIDA

/ TRABALHO /
ESPECIAL MULTIMÍDIA
MOSTRA CENÁRIO
DE ESQUECIMENTO E
DESVALORIZAÇÃO DE
TRABALHADORES DOS
CARNAUBAIS



▶ Trabalhadores enfrentam baixos salários e falta de garantias na cultura da carnaúba



O PROCESSO

Para começar o corte de palha - como é chamado o extrativismo da planta - é preciso montar uma equipe bem definida. Uma peça principal nesta cadeia é o cortador, também chamado de vareiro.

É ele que, com uso de varas de até 10 metros, feitas de bambu e com uma lança muito afiada na ponta, vai cortar as palhas suspensas no alto da carnaúba. A altura da árvore e a velocidade da queda da palha transformam o cortador na função mais arriscada do processo.

José Maria, de 50 anos, sabe muito bem o que é isso. Desde que começou o trabalho em carnaubal, adquiriu jeito e técnica para o corte da palha. "É uma coisa mais complicada, mas depois que a gente pega o jeito é só ter cuidado na hora de puxar", explica.

Mas é preciso saber onde cortar. "Não pode cortar de tudo, porque tem que deixar o olho, lá em cima, pra que a carnaúba não morra", frisa. O olho são as folhas mais novas, ainda fechadas. O pó originado delas tem melhor qualidade e é mais caro que o retirado das folhas mais velhas, a palha. Por dia trabalhado, um cortador recebe R\$ 120,00.

Com a palha cortada, é a vez dos aparadores - ou destaladores - que vão separar as folhas do talo, usando facas. As folhas sem os talos são recolhidas em feixes pelo enfiador. O bureiro é o responsável por transportar os feixes até o lastro, onde as palhas serão colocadas pelos espalhadores para secar ao sol. Depois de secas, as folhas da carnaúba são levadas para uma máquina de bater, que vai produzir o pó da carnaúba. A máquina funciona dentro de um caminhão. Cada trabalhador desse, também chamado de "cabeça baixa", por lidarem com o material todo no chão, recebe R\$ 60,00 por dia de serviço.



▶ Concentração de renda é o maior problema social do extrativismo na região

O TRABALHO

A lida nos carnaubais espalhados pelo Nordeste começa pouco antes do sol nascer. Reunidos em caminhões, os trabalhadores seguem tendo em vista pelo menos uma semana fora de casa. "Quando o lugar é muito longe, não compensa ficar indo e voltando, por isso que a turma fica uma semana, no mínimo, pelo carnaubal", explica o rendeiro Geraldo. Expostos ao sol durante quase todo o dia, eles chegam a assumir jornadas de mais de 10 horas. No lugar, não há equipamentos de proteção. Roupas e sapatos são levados pelos próprios trabalhadores.

A comida fica por conta do rancheiro, personagem que tem uma única obrigação: garantir que os trabalhadores tenham ao menos três refeições por dia. Antônio Ubirajara, 55 anos, é um dos mais requisitados nos carnaubais do Vale do Açu. Já passou por outras funções nos carnaubais, mas foi na cozinha onde se encontrou. Mas se engana quem pensa que a tarefa é fácil.

"Tem que fazer uma coisa séria, com gosto e jeito, pra agradar a turma", explica. Para ganhar experiência, passou uma temporada em São Paulo, onde pôde aprender algumas novidades nas cozinhas paulistanas. "Mas a gente não se acostuma mais com cidade grande demais, por isso voltei e estou por aqui, sempre trabalhando", diz. Em casa, nada de botar defeito no cardápio da esposa. "Nunca. Se eu achar que falta alguma coisa, vou lá e resolvo com jeitinho", brinca.

Quem trabalha na máquina de bater palha, sai do serviço praticamente coberto pelo pó branco produzido pelas folhas da planta. As palhas são colocadas dentro da máquina, onde são trituradas até virarem pó. O bagaço se transforma em adubo. O pó é ensacado e está pronto para a entrega ao comprador. Nesta função, o uso de máscaras é necessário, mas são poucos os rendeiros que oferecem este tipo de equipamento aos trabalhadores.

Especial multimídia revela situação

Para mais histórias sobre quem trabalha na extração da carnaúba confira o especial "Bravos", do Coletivo Repórter de Rua. O repórter Esdras Marchezan e o fotógrafo Jean Lopes foram a campo, ouviram trabalhadores, autoridades e mostram como o setor ainda carece de valorização. Acesse vídeos e mais reportagens em <https://readymag.com/reporterderua/bravos/principal/>

TIRANDO AS BARBAS DE MOLHO

/ MODA / PARA ATENDER A PERFIL VAIDOSO E EXIGENTE, BARBEARIAS SE REINVENTAM EM NATAL OFERECENDO ATRATIVOS COMO FUTEBOL E CERVEJA IMPORTADA PARA RIVALIZAR COM ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE 70 ANOS DE TRADIÇÃO

HENRIQUE ARRUDA
DO NOVO JORNAL

BARBA, CABELO E... chope gelado. A frase estampa a fachada da "The Godfather Barbearia Clube", aberta em Natal há menos de um mês. Dentro, um ambiente intimista, rodeado por diversas garrafas de cervejas artesanais, quadros vintage, e, claro, TVs exibindo futebol, basicamente o tema favorito da clientela que aos poucos começa a descobrir o local.

Assim como a calça jeans há muitos anos deixou de ser uma peça exclusiva dos mineradores para compor um produto fundamental no guarda roupa de homens e mulheres contemporâneos, a barba também já deixou de ser sinal de desleixo masculino e agora tem fã clube próprio na internet, admiradores devotos, além de diversos produtos e novos ambientes pensados exclusivamente para a tendência crescente entre os homens, principalmente os mais jovens.

Nesse sentido, as próprias barbearias retornam ao gosto popular, mas desta vez modernizadas, e com novas propostas, assim como a própria "The Godfather Barbearia Clube", que a reportagem conheceu durante a semana, pouco mais de dez da manhã, observando os primeiros clientes do dia.

"Hoje eu vou botar um Blues, mas geralmente todo dia aqui é assim, com música mais tranquila...

Muito jazz também", conta o carioca Rafael Costa, 30 anos, publicitário, que originalmente concebeu a barbearia para o Rio de Janeiro, onde morava no começo do ano, quando precisou se mudar para a capital potiguar junto com toda a sua família.

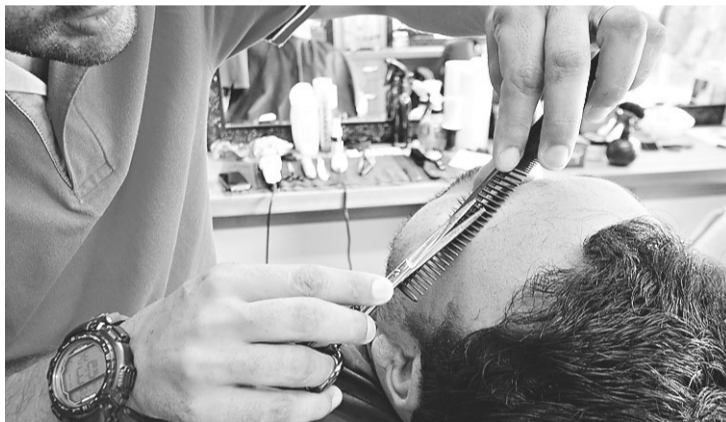
O toque cervejeiro do lugar vem justamente dele, que já fabrica as suas próprias garrafas artesanais (home brewery) há alguns anos, sempre nos encontros com os amigos. A sua própria linha, ainda modesta, deve chegar à barbearia nos próximos meses quando ele fechar uma parceria com uma fábrica de chope em Pernambuco.

"Eu já percebia essa necessidade lá no Rio de Janeiro, de associar a cerveja com uma barbearia e formar esse ambiente mais de conversa mesmo", conta, enquanto serve uma taça para a reportagem. Aqui, sempre o primeiro corte de cabelo/barba é acompanhado de um chope gelado gratuito. "Nosso diferencial", vende.

Tudo ambiente, aliás, poderia ser facilmente frequentado por Don Corleone - chefe da clássica família mafiosa italiana, vivido por Marlon Brando na trilogia criada por Francis Ford Coppola nos anos 70 - mas com algumas exceções, afinal de contas o SPA que ainda está sendo criado pelo publicitário no fundo da barbearia talvez fosse um pouco "moderno demais" para o poderoso chefeão.



Publicitário Rafael Costa aposta em ambiente retrô e oferta de cervejas especiais: "Aqui o primeiro corte é acompanhado de um chope gelado"



Com decoração inspirada na trilogia criada por Francis Ford Coppola nos anos 70, 'The Godfather' funciona na Rua Apodi, no bairro do Tirol



PRÓXIMO PASSO É SPA PARA NOIVOS

"O SPA deve ficar pronto nos próximos meses. É um espaço que vai contar com depilação, acupuntura, pedólogo, recuperação de cabelos... Tudo voltado para a higiene masculina", detalha Rafael, que pretende ter como o carro chefe do SPA, o serviço de "dia do noivo", voltado para relaxar ao máximo o cliente no dia do casamento. "Ele passa o dia aqui e depois um carro leva ele até a igreja", comenta. "Eu sou um grande fã de O Po-

deroso Chefão, mas acho que o filme fala muito dessa confraria entre os homens e por isso escolhi esse estilo, para que esse lugar seja visto também como uma roda de amigos onde você possa ver o campeonato europeu, beber uma cerveja, e de repente até voltar um outro dia apenas para o cabelo e a barba", define.

No bar, mais de 50 rótulos de cervejas gourmet também compõem a decoração, seduzindo os que estão dispostos a pagar de R\$

14 a R\$ 60 por uma garrafa. Nas prateleiras de madeira, nomes como "Tupiniquim", marca premiada do Rio Grande do Sul, as belgas "Delirium" e "Gulden Draak" e a alemã "Ayinger". O chope sai por R\$ 4 e é servido em taças especiais, enquanto os serviços de barbearia mesmo saem por R\$ 40 (cabelo) e R\$ 30 (barba ou sobrancelha).

O local funciona de segunda a sexta, entre 10h e 20h, e aos sábados em horário especial, das 9h às 16h. "Olha, eu montei esse lugar pensando sim em atrair o público mais jovem, no entanto, pela proximidade do bairro com as várias clínicas médicas, a gente tem recebido muitos médicos também e famílias", complementa Rafael,

que até então nunca havia pensado em montar uma barbearia, muito embora tenha feito um curso prático para abrir o local.

Em quinze dias, o instagram da barbearia (@thegodfather_natal) já atingiu mais de 1.600 seguidores, e foi justamente através das redes sociais que o comerciante Anderson Sá, 30 anos, soube da novidade e resolveu passar no local para conferir o ambiente e o serviço.

Sentado, enquanto o barbeiro Gabriel Bispo cuida dos seus cabelos e deixa a barba para o final, Anderson diz que o ambiente é convidativo. "Eu corto meu cabelo em um salão unissex, mais normal, mas pretendo voltar sim aqui, principalmente em uma sexta-fei-

ra porque Natal não tem muitas barbearias assim", diz, aceitando a sugestão de Gabriel para aparar as sobrancelhas.

"Rapaz, se você tá dizendo que presta, então borá lá", autoriza Anderson, enquanto Gabriel começa os serviços, dizendo para a reportagem que até há menos de um ano ele trabalhava em um ramo completamente diferente, "gestão ambiental", mas que sua empresa fechou e desde então ele buscou um novo ramo. "Me sinto muito feliz pelo serviço, faço como se estivesse fazendo em mim, e fiz cursos, estudei muito para me dedicar a isso", garante o paulista, enquanto passa uma pasta no cabelo do cliente, pós sobrancelhas aparadas.



É UM ESPAÇO QUE VAI CONTAR COM DEPILAÇÃO, ACUPUNTURA, PEDÓLOGO, RECUPERAÇÃO DE COR DOS CABELOS. TUDO VOLTADO PARA A HIGIENE MASCULINA"

Rafael Costa
Publicitário e empresário

GUEDES, BARBA E CABELO DESDE 1943

Na prateleira ao lado da porta, Beto Guedes, 50 anos, a quarta geração de barbeiros da família, ainda guarda as primeiras navalhas usadas por seu pai, Antônio Guedes, o mesmo senhor afetuoso que observa o filho diariamente do retrato acima dos espelhos da barbearia.

Antônio nunca quis que Beto seguisse o seu destino como barbeiro, mas foi impossível impedir seu filho, que sempre sentiu pulsar mais alto a missão de dar continuidade aos negócios do pai, mesmo guardando uma curiosidade sobre o curso de Direito.

E assim, desde 1943, a empresa nunca fechou as portas, completando em 2015, 73 anos sem perder boa parte de sua clientela original. De acordo com Beto, cerca de 70% dos cortes de barba e cabelo são realizados em pessoas de terceira idade, e os mais jovens que hoje frequentam a barbearia também são filhos, netos e bisnetos dos primeiros clientes.

"Eu tive a honra de na semana passada poder cortar o cabelo de uma criança da sexta geração que frequenta a barbearia, porque eles já eram clientes desde a época do meu pai", comenta emocionado, lembrando que seu grande professor lhe deixou em 2009, aos 86



Na base da tesoura e da navalha, Guedes mantém clientela fiel (e crescente) de uma das mais antigas marcas da cidade

anos e 67 de profissão. "Eu só peço a Deus mais 30 anos de vida para poder fazer com que esta empresa, criada por meu pai, chegue aos 100 anos, para que ele também veja isso", promete.

Bem diferente da novíssima e intimista "The Godfather", a Barbearia Guedes conserva um ambiente básico para uma roda de conversa: cadeiras confortáveis, as últimas edições da Revista "Playboy" e ambiente climatizado, bem "clean". "Hoje em dia eu só atendo agendado para oferecer ainda mais conforto para meus clientes, abrindo inclusive aos domingos para aqueles mais idosos", con-

ta, dizendo que hoje a barbearia não tem mais nenhum funcionário além dele mesmo. "Sou perfeccionista", justifica.

O segredo para mais de sete décadas em funcionamento, mesmo sobrevivendo à baixa procura nos tempos de salão "unissex", principalmente durante os anos 90 e 2000, ele garante que é o amor pelo que faz. "Eu amo estar aqui, e eu realmente me sinto feliz quando um cliente sai da cadeira e eu posso ver aquilo que fiz", conta Beto, que carrega ainda outro hobby para a barbearia: a leitura. A mesma prateleira que guarda as primeiras navalhas do pai tam-



bém é uma pequena biblioteca, com diversos títulos.

Muito embora o pai tenha sido professor da arte no Senac, seu Antônio Guedes aprendeu de fato o ofício quando foi para o exército aos 16 anos, e por lá fez um amigo francês que já tinha anos de experiência na profissão, e então prometeu tornar o jovem soldado Guedes o melhor barbeiro de Natal.

"Eu sei que inevitavelmente você vai me perguntar sobre esse novo tipo de barbearia que está chegando na cidade, e eu vou lhe dizer na hora que não vejo nada contra, muito embora, a novidade seja questionável porque o cliente preci-

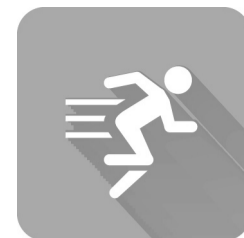
sa sair da barbearia com um serviço de excelência, exatamente o que ele foi buscar lá: uma barba e um cabelo bem feito, e não uma cerveja", avalia.

"Eu não me preocupo com o dinheiro que o cliente me traz hoje, eu me preocupo com o dinheiro que ele me traz no ano, com a fidelização, com a satisfação... e é por isso que eu procuro ser o melhor. Não sei se estou correspondendo ao meu pai, mas é para isso que estou aqui todos os dias", conclui Beto Guedes, se preparando para receber os primeiros clientes do dia, ao preço de R\$ 50 o corte de cabelo, e R\$ 30, a barba.

NEGÓCIO PODE FUNCIONAR ATÉ DENTRO DE CASA

Seguindo o mesmo estilo visual da "The Godfather Barbearia Clube", existe ainda a página no Facebook intitulada "The LumberJack Barber Shop", administrada pelo jovem cientista social e barbeiro Márcio Rodrigues. É através da página, criada no final do ano passado, que ele marca horários e recebe os clientes na sua própria casa para cortes de cabelo e barba. As imagens dos clientes são postadas em um blog criado para a divulgação dos serviços (tjbarbershop.blogspot.com.br).

O home service começou como uma brincadeira, quando ele comprou uma máquina para cortar seu próprio cabelo/barba, e os amigos gostaram do resultado, procurando Márcio para fazer o mesmo, basicamente o mais usado no momento: "undercut", quando é aplicado máquina nas laterais e o cabelo permanece mais cumprido em cima, visual incluído em tanto pelos cortes militares quanto pela época rockabilly.



Editor
Luan Xavier

E-mail
luanxavier@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

EUDES MONTEIRO ALCANÇA O 6º DAN

/ DEDICAÇÃO / MONTEIRO É UM DOS QUATRO ATLETAS COM MAIOR GRADUAÇÃO DO JUDÔ NO RIO GRANDE DO NORTE E A CERIMÔNIA CONTOU O VETERANO SENSEI SADAO MULERO, QUE VEIO DE SÃO PAULO PARA PRESTIGIAR O EVENTO

FOTOS: FÁBIO CORTEZ / N

TIAGO MENEZES
DO NOVO JORNAL

O PRIMEIRO GRANDE sonho de Eudes Monteiro era, um dia, tornar-se faixa preta de judô. Há exatos 36 anos, quando iniciou na modalidade, sequer passava pela sua cabeça chegar ao raro 6º Dan e ser um dos quatro homens mais graduados do esporte no Rio Grande do Norte. Mas ele chegou.

A cerimônia de entrega da faixa vermelha e branca aconteceu na segunda-feira passada, em sua própria academia, no bairro de Ponta Negra, e contou com a presença do veterano sensei Sadao Mulero, que veio de São Paulo especialmente para prestigiar o pupilo. Dezenas de alunos, ex-alunos e amigos que Eudes fez ao longo das quase três décadas morando em Natal também fizeram questão de homenagear o mestre.

Justo reconhecimento ao homem que já formou mais de 50 faixas pretas ao longo da carreira, criou um projeto social para ensinar artes marciais a crianças carentes e, que ainda hoje, leva toda a filosofia e disciplina idealizadas pelo japonês Jigoro Kano a mais de uma centena de aprendizes.

“O sexto dan é o reconhecimento de uma vida inteira dedicada ao judô e aos seus ensinamentos. É uma graduação muito difícil de ser alcançada, e poucas pessoas chegam até ela. Quem confere essa honraria é a própria Confederação Brasileira de Judô, e recebê-la me honra muito. Me sinto realizado”, afirma.

E olhe que Monteiro já integrou a seleção brasileira de judô em 1996 e representou o país em no aberto de Colorado Springs, nos Estados Unidos. Além disso, também passou uma temporada no Japão a convite do mestre Ikuo Onodera, hoje já falecido, que treinou a seleção por 25 anos.

“A ida ao Oriente foi a realização de um sonho. Pude vivenciar mesmo a cultura japonesa e aprendi muito com os hábitos deles. Lá eu treinava na Universida-

de Budô, com até 300 faixas pretas de uma só vez. Era outra realidade, algo difícil de imaginar por aqui”, conta.

Tudo começou sob os inúmeros tons de cinza da capital paulista, quando Eudes tinha apenas 10 anos e ainda era orientado pelo sensei Luiz Kamada. Mas o agito e a confusão típicos de São Paulo não combinavam com a tranquilidade e o estilo do garoto que, àquela altura, já estava decidido a fazer do judô o seu “caminho suave” – tradução literal da palavra japonesa. E ele decidiu partir para a terra do Sol poente, digamos.

Seu pai, Antônio Monteiro, já não aguentava mais o concreto e asfalto de sua terra natal, e não pensou duas vezes antes de trocar o antigo bairro do Ipiranga pelo Nordeste brasileiro. A dúvida estava somente em qual capital nordestina escolher para levar a esposa Eunice e os filhos Alessandra e Eudes. A solução encontrada para pôr fim à indecisão foi um tanto quanto inusitada.

Seu Antônio decidiu acampar por alguns dias com a família em cada uma das cidades “candidatas”. E foi assim que todos eles se apaixonaram por Natal e aportaram por aqui, em 1989.

“Cheguei em 1989, me tornei faixa preta em 1990 e, logo em seguida, comecei a trabalhar em escolas particulares da cidade. Primeiro, no Instituto Maria Auxiliadora. Depois, no Complexo Henrique Castriciano e em vários outros locais. Hoje tenho a alegria de ver muitos dos meus antigos alunos seguindo meus passos e também levando o às pessoas”, comentou.

Com uma voz mansa, calma, às vezes até difícil de ouvir, ele demonstra sabedoria e diz que muito mais importante do que faixas, medalhas, honrarias e condecorações é formar cidadãos e, acima de tudo, pessoas de bem através do esporte. Embora o seu caminho não tenha sido lá muito suave, ele não se arrepende de nenhum passo dado até aqui.



► O professor formou mais de 50 faixas pretas ao longo de sua carreira e foi da seleção brasileira de judô em 1996

“O SEXTO DAN É O RECONHECIMENTO DE UMA VIDA INTEIRA DEDICADA AO JUDÔ E AOS SEUS ENSINAMENTOS.”

Eudes Monteiro
Judoca



Você sabia?

Criado há mais de 120 anos, o judô é um esporte em constante evolução. As técnicas básicas existem desde a criação do Instituto Kodokan, por Jigoro Kano, em 1882. Mais do que criar uma luta, o mestre Kano buscou desenvolver uma arte marcial em que a evolução técnica do praticante fosse sempre acompanhada de um avanço espiritual, norteado pelo ensinamento oriental que diz: “muitas vezes é preciso ceder para vencer”.

Apesar das diferentes técnicas desenvolvidas nas muitas escolas de judô que surgiram desde o início do século XX, o objetivo básico do esporte sempre foi mantido: combater e finalizar o adversário ou desequilibrá-lo, fazendo com que ele caia totalmente com as costas no chão.

O judô apareceu pela primeira vez na agenda olímpica em Tóquio 1964, em caráter demonstrativo. Em 1972, o esporte entrou na agenda oficial, nos Jogos de Munique, e 20 anos depois, em Barcelona, as mulheres começaram a disputar medalhas olímpicas.

ESPORTE CONSOLIDADO

Pouco se comenta a respeito disso, mas o judô do Rio Grande do Norte é um dos mais fortes do Brasil e muito respeitado no país inteiro. A potiguar Veronice Chagas, que integra a seleção brasileira, é uma das melhores atletas nacionais e briga por vaga nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, inclusive.

Muito desse sucesso se deve ao paulistano José Eudes Perez Monteiro. É ele o responsável por conceder a faixa preta aos judocas do estado e quem, todos os anos, leva um grupo de atletas nordestino-grandenses para um intercâmbio no interior paulista. A academia Higashi, de sua propriedade, recebe alunos dos cinco aos 90 anos.

“Na semana passada eu entreguei a faixa preta a um senhor de 90 anos aqui. E isso foi uma coisa bem legal, porque era algo que ele já perseguia há bastante tempo. Persistiu, se esforçou e, enfim, conseguiu. Já levamos o pessoal para a Argentina, em 2001, para o Canadá, em 2002, e todos os anos vamos a São Paulo passar uns dias



► A ida ao Oriente foi a realização de um sonho para Monteiro, quando ele aprendeu muito com os hábitos dos japoneses

treinando com o sensei Mulero. No Canadá, tivemos a oportunidade de treinar com a seleção do país e ainda estudar inglês durante um mês”, relatou.

Nem mesmo o avanço do MMA e todo o apelo midiático

“Kano dizia que a cor branca no sexto dan é para não esquecermos de um dia fomos iniciantes. E o vermelho, para saber que ainda há um longo caminho pela frente. Nunca devemos nos dar por satisfeitos. É preciso evoluir sempre, não só no esporte, mas na

vida como um todo. Essa é a minha busca, e o que eu tempo passar por os meus alunos. Exijo muito isso deles. Sou chato, quero ver os boletins, quero saber sobre a vida pessoal”, falou.

“A melhor coisa do judô é justamente a formação do caráter de

quem o pratica. Como professor, fico feliz ao ver que os meninos e meninas que passaram por mim estão sendo bem sucedidos naquilo que escolheram para fazer. Seja no esporte, na profissão ou em qualquer outra área. É muito gratificante mesmo”, acrescentou.

São raros os casos. Mas temos os exemplos da americana Ronda Rousey e do brasileiro Lyoto Machida, ambos do UFC. Geralmente, quem pratica essas modalidades mais tradicionais não aprecia tanto as artes marciais mistas. Até porque, os antigos mestres eram contra essa prática”, explica.

“Mas nada disso preocupa. No Brasil mesmo, o judô é o esporte que mais rende medalhas olímpicas para o país. Tanto que a seleção não tem mais espaço para cotas de patrocínio. Todos os estados já foram ocupados. No RN, também existe um grande desenvolvimento. Quase todas as escolas particulares oferecem o judô como opção de esporte. E nos colégios públicos, cerca de 60% deles também dispõem do esporte”, acrescentou Monteiro.

Para aqueles que não podem pagar para ter aulas, Eudes e a esposa Regina criaram há alguns anos o projeto Nascer do Sol, que atende jovens entre 10 e 14 anos do bairro de Ponta Negra, na zona Sul de Natal. Os filhos do casal, Nathália e Nicolas, de 15 e seis anos, respectivamente, também seguem seus passos e já arriscam alguns golpes no tatame da Higashi.

qualquer forma, ele mesmo também é faixa preta de jiu-jitsu e aikidô, e oferece essas variantes da arte marcial japonesa em sua academia.

“É muito difícil um judoca ou karateca enveredar pelo MMA.

Jota Oliveira



jotaoliveira@novojornal.jor.br

Sabor de Dez!

Arquiteta Maria Luiza Lamas Araújo é a nossa convidada para o "Sabor de Dez!" desta semana, com a receita de "Atum com purê de batata e wasabi com crispy de couve". Ingredientes necessários são 200g de atum fresco, 10g de gergelim preto, 10g de gergelim torrado e 50g de azeite. Para a batata com wasabi será preciso de 200g de batata, 25g de becel, leite sem lactose, nata sem lactose e wasabi. Já o crispy de couve: cinco folhas de couve e 200g de óleo de côco. No molho tarê será usado 1/2 copo de shoyu, 1/4 de sakê, 1/4 de açúcar demerara, uma colher (sobremesa) de mel de agave, uma colher de amido de milho dissolvido em pouco de água. Modo de preparo: cozinhe as batatas com casca em água com sal, até ficarem macias; descanse-as ainda quentes e passe no amassador de batatas. Em seguida, passe na peneira para ficar lisinho. Leve o purê com a becel e vá adicionando



► Maria Luiza Lamas e o prato Atum com purê de batatas

o leite até obter a textura desejada. Coloque o wasabi a gosto, depois o óleo de coco em uma panela e ligue o fogo alto. Corte a couve em chifonada e frite-as. Escorra em papel absorvente. Para o Atum, passe um pouco de azeite com pincel e envolva com

o gergelim. Em uma chapa quente dele o atum por fora e reserve. No molho tarê, coloque os ingredientes na panela até obter a textura desejada. Adicione o purê, o atum e um pouco do molho por cima e a couve frita. Bom apetite!

Carpe Diem

66

A glória de vencer a si mesmo é o seu maior troféu.
Lembre-se: ninguém, absolutamente ninguém pode sentir a dor que você sente.

PARABÉNS

Hoje é dia de parabenizar os aniversariantes: Rebeca Madruga, deputado presidente da Assembleia Legislativa Ezequiel Galvão Ferreira de Souza, médico cardiologista Ricardo Bittencourt, jornalista Lídia Pace.

Nesta segunda, dia 04, felicitações antecipadas para os aniversariantes: Kleber Torquato Rêgo, José Roberto Alves, Fabiana Têssia Maciel da Silva, Josy Medeiros, Ana Carolina Maranhão, Luciana Marinho e Silva, publicitário Pedro Ratts, Rosinha Ferreira de Souza e Marisa Alves. Comemora-se também Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, Dia do Parlamento, Dia Internacional do Sol, Dia Mundial do Solo, Dia Nacional do Taquígrafo, Dia do Sertanejo e Dia do Pau-Brasil.

ÁGUA

Às vésperas do Dia Mundial da Água, a ONU divulgou esta semana que as reservas hídricas de todo o mundo estarão 40% menores em 2030. O relatório mostra ainda que 784 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável.

POR AQUI

O relatório da ONU também indica o Brasil entre os países com maior stress ecológico, causado pela mudança no fluxo dos rios e construção de usinas hidrelétricas.

EXPANSÃO

Ainda mais o sucesso da Gentil Negócios no comando da Swarovski em cinco estados – de Pernambuco ao Maranhão – o business man Antônio Gentil lança



► Vivas para o aniversariante deputado Ezequiel Ferreira de Souza dividindo felicidades com a musa Ingrid e o herdeiro João Ezequiel



► O aniversariante Ricardo Bittencourt divide com a amada Renata Teles



► Amigos de longas datas Arinaldo/Denise Gaspar com o anfitrião Nevaldo Rocha celebrando o Midway Mall

próximo dia 2 de abril a primeira boutique concebido da grife na América Latina, no shopping Iguatemi, em Fortaleza. Com certeza iniciativa de sucesso da família Gentil.

AGITOS

Faltando poucas semanas para a Semana Santa, a Ânima Pipa promete a melhor programação da praia, de quinta a sexta, com grandes nomes do house music. Entre as atrações: Antonni Bokki (Espanha), Rodrigo Sha (RJ), Shark Attack (RJ), Kevin Luke (PB), E-Double (PE), Sax in the House e Flávio Álvares.

POSSE

No próximo dia 8 de abril, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, empossa os novos membros de sua Mesa Diretora para o biênio de 2015/2017, em solenidade às 17h na sede da instituição, localizada no Bairro do Recife.

INICIATIVA

Fazendo inovação no jornalismo de obituário do Estado, o colega jornalista deste NJ, Roberto Guedes da Fonseca, lança o grupo "Nota de Falecimento", no Facebook, onde internautas podem registrar notícias de morte para avisar com mais rapidez às famílias e aos amigos das vítimas.

DESTINOS

Facilitando a vida dos viajantes potiguaros, que têm em Buenos Aires um destino cativo, a Gol programa voos diretos daqui para a capital da Argentina todos os sábados. É esperado que a nova rota tenha início já no segundo semestre deste ano.

MOVIMENTO

Balada animada na Cervejaria Devassa com Cervejaria Queiroz, Miqueias Avelino, Junior Bahya e Pedro & Erick.



Clics exclusivos de D'Luca para esta coluna do nupcial de Natalia e Marcelo.



BEM FRESH
Paul Smith Sunshine
retoma poder olfativo
no verão 2015.



Editor
Augusto Bezerril

E-mail
augustobezerril@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

+ moda e estilo por Augusto Bezerril



TROPICAL OTIMISTA



A convenção da Petite Jolie reedita hits dos anos 50, 70 e 90 em peças com passagem certa tanto para dias na praia, quanto em ambiente urbano. Em clima tropical, otimista e fresh, Ariane e Allan Ermel receberam tops blogueiras e imprensa especializada. Lifestyle Novo Jornal foi a Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, conferir o verão da grife calçados e bolsas. O desfile do verão 16, realizado na sede da empresa - cujo grupo produz também para Nike e New Balance - mostrou tons pastéis saídos dos anos 50, em peças de saltos anabelados e construções atemporais tais as boas sapatilhas. O Vichy (xadrez) em azul suave misturado à estampa de onça ficou super pode ser usado tanto no verão, quanto no inverno. É uma maneira bem cool de interferir sobre os clássicos. Os anos 70 estão com tudo em bolsas e calçados, nos quais o PVC dialogam com materiais orgânicos como a corda, juta e lona. A flat trançadinha nasce como um dos hits da estação. Assim como a gladiadora - que conquistou as brasileiras - em dupla roupagem: pode subir até o tornozelo ou se transformar numa flat. Uma das grandes sacadas da Petite Jolie está exatamente em oferecer diferentes usos a um mesmo item: seja variando a estrutura, seja criando novas interpretações de looks. As bolsas - sejam minis, bags e até os modelos de praia - ganham realce de lenços em estampas tropicais e animal print. O tênis jeans - em famoso modelo Yatch - revela bordados metalizados e pedrarias. Fica supercool como ideia para usar com vestido chemisier nos dias de verão. Já a sandália "Joy" - com solado inspirado nos "sneakers" - segue a tendência do Hemisfério Norte e chega em voltagem capaz de adicionar espírito esportivo aos vestidos de comprimento midi da estação. A gente descobriu que os solados, além da versão branca, devem ganhar novas tonalidades a partir dos pedidos para região Norte, Centro Oeste e Nordeste. A lista de desejo da consumidora tem ainda a "fun case", bolsa para carregar celular, batom e itens utilitários. Fica super como colar. Flores tropicais e pedrarias adornam rasteiras.



Ariane e Allan Ermel apresentam verão Fresh Petite Jolie



ESTILO RAMA



O casamento de Nathi Bezerra e Guerrinha deixou o Olimpo Recepções, lindamente paginado pelo top Luciano Almeida, em clima de red carpet. Lifestyle adorou a imagem da luxeria.

IMAGENS

- ▶ 1. Júlia Arruda
- ▶ 2. Priscyla Cavalcanti
- ▶ 3. Raissa Bezerra
- ▶ 4. Carmen e Sophia Macedo
- ▶ 5. Gabriela Alves e Janine Faria



FASHION WEEK

▶ Mônica Salgado, diretora da revista Glamour, proferiu palestra no Natal Shopping Fashion Days. Claryssa Alves e Ju Flor foram presença.

▶ Michelle Geppert - depois de feliz ação para divulgar o parcelamento em até 10 vezes na Toli - prepara surpresa para Dia Das Mães.



ESTOU DISPOSTA!



A personagem Beatriz, interpretada por Glória Pires em Babilônia - tem um dos figurinos mais comentados da Globo. Veja o efeito "Plim, plim" fashionista dos brincos e colares Swarovski.

FOTOS: VINIDALLAROSA

FOTOS: CELSO LUIZ